



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE JUNHO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para a Comissão Nacional de Eleições, o Conselho Económico e Social, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o Conselho de Fiscalização

da Base de Dados de Perfis de ADN, a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, a Comissão de

Acesso aos Documentos Administrativos, a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho de Estado, o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Superior da Magistratura.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 178 a 187/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 150 a 158/XVI/1.^a.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CH, sobre o tema «Imigração», procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 163/XVI/1.^a (CH) — Altera os critérios de atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 164/XVI/1.^a (CH) — Prevê a desburocratização dos regimes e programas de Apoio ao Retorno Voluntário de imigrantes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 165/XVI/1.^a (CH) — Garante o direito à dignidade da pessoa humana na dimensão que lhe é conferida pela iminente necessidade de estabilidade na habitação, consagrando e impondo limites ao número de atestados de residência por habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 166/XVI/1.^a (CH) — Revê as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e estabelece quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do país, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 136/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda imediatamente a emissão de autorizações de residência, até que todos os pedidos pendentes sejam resolvidos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 183/XVI/1.^a (BE) — Reintroduz o procedimento de autorização de residência assente em manifestações de interesse, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 157/XVI/1.^a (BE) — Reforça os recursos humanos da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, que foi rejeitado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Clara de Sousa Alves](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Vanessa Barata](#) e [André Ventura](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Elza Pais](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [André Rijo](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Entretanto, o Presidente saudou um grupo de alunos e de cidadãos presentes nas galerias.

Foi anunciada a não admissão do Projeto de Lei n.º 184/XVI/1.^a.

Deu-se conta de um Deputado do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 42 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço às autoridades para fazerem o favor de abrir as galerias para quem quiser assistir aos nossos trabalhos.

Vou lembrando que temos votações a decorrer na Sala do Senado, a partir das 15 horas e até ao termo dos nossos trabalhos, relativas às eleições para a Comissão Nacional de Eleições, o Conselho Económico e Social, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho de Estado, o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Superior da Magistratura.

Portanto, é para dar nota aos Srs. Deputados, e para transmitirem aos restantes Srs. Deputados, que têm a possibilidade de votar até ao final dos nossos trabalhos.

Pausa.

Entretanto, vou pedir ao Sr. Secretário o favor de proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Começo por referir os Projetos de Lei n.ºs [178/XVI/1.ª](#) (PCP) — Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas, [179/XVI/1.ª](#) (PAN) — Regulamento da atividade de *lobbying* e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março, [180/XVI/1.ª](#) (PS) — Aprova o novo estatuto da carreira de investigação científica, [181/XVI/1.ª](#) (PS) — Aprova o regime do pessoal docente de investigação dos estabelecimentos de ensino superior privados, [182/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria uma contribuição extraordinária sobre os estabelecimentos hoteleiros, [183/XVI/1.ª](#) (BE) — Reintroduz o procedimento de autorização de residência assente em manifestações de interesse, [184/XVI/1.ª](#) (BE) — Regula os estabelecimentos de alojamento local, [185/XVI/1.ª](#) (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas, [186/XVI/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção dos animais durante o transporte e operações afins e estabelece o fim da exportação de animais vivos para países terceiros e [187/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria o estatuto do refugiado climático.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [150/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o tempo de contagem da lista de inscritos para cirurgia, evitando a degradação do estado de saúde dos pacientes, [151/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da carreira de investigação científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados, [152/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da carreira de investigação científica nos laboratórios de Estado, [153/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção, [154/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o Plano de Ordenamento Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, [155/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação do regime jurídico de alojamentos sem fins lucrativos que procedam à atividade de recolha, recuperação e alojamento de animais de espécies pecuárias, da fauna exótica e autóctone e a criação de um espaço de alojamento, em cumprimento do previsto na lei, [156/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade, previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, [157/XVI/1.ª](#) (BE) — Reforça os recursos humanos da

Agência para a Integração, Migrações e Asilo e [158/XVI/1.^a](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então entrar na nossa ordem do dia, fixada a requerimento do Chega, sobre o tema «Imigração», com a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 163/XVI/1.^a (CH) — Altera os critérios de atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia, 164/XVI/1.^a (CH) — Prevê a desburocratização dos regimes e programas de apoio ao retorno voluntário de imigrantes, 165/XVI/1.^a (CH) — Garante o direito à dignidade da pessoa humana na dimensão que lhe é conferida pela eminente necessidade de estabilidade na habitação, consagrando e impondo limites ao número de atestados de residência por habitação e 166/XVI/1.^a (CH) — Revê as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e estabelece quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do País, juntamente com a apreciação do Projeto de Resolução n.º 136/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda imediatamente a emissão de autorizações de residência, até que todos os pedidos pendentes sejam resolvidos, a discussão do Projeto de Lei n.º 183/XVI/1.^a (BE) — Reintroduz o procedimento de autorização de residência assente em manifestações de interesse, na generalidade, e o Projeto de Resolução n.º 157/XVI/1.^a (BE) — Reforça os recursos humanos da Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

Para o efeito de uma intervenção inicial, dou a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar de Chega.

Peço à Assembleia o favor de dar condições para se poder ouvir a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sendo muito concreta e direta sobre as propostas do Chega hoje em debate, há cinco pontos principais que devem merecer a atenção desta Casa. Desde logo, é necessário suspender imediatamente a emissão de quaisquer novos vistos de entrada em Portugal até a situação da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) estar regularizada.

Quase meio milhão de processos estão por regularizar. Isto não é ser humanista, isto é brincar com a vida das pessoas e desrespeitar profundamente aqueles que trabalham na AIMA.

Aplausos do CH.

A AIMA é um organismo que nunca deveria ter sido criado, mas, já que o foi, pelo menos que lhes sejam dados os meios necessários para cumprir as suas funções. O Departamento Jurídico da AIMA conta com oito juristas e recebe, em média, cerca de 200 citações por dia. É humanamente impossível dar resposta a tudo.

Para piorar, foi noticiado há alguns dias que, se a AIMA não cumprir o prazo legal de 90 dias para decidir os pedidos de autorização de residência que lhes sejam apresentados, os seus dirigentes vão ter de pagar multas que lhes venham a ser aplicadas pelos tribunais. Se faltam atualmente cerca de 200 funcionários à AIMA para funcionar em condições, se 100 dizem estar de saída, com esta notícia, sinceramente, não sei quem sobrar.

Aplausos do CH.

No fundo, só faltava mesmo que o Estado português ainda tivesse de indemnizar estas pessoas por não conseguir dar-lhes resposta a tempo.

Outra das prioridades do Chega é acabar com o visto para a procura de trabalho. Sabemos que o Governo já deu um passo nesta matéria, porém não foi suficientemente longe. É fundamental estabelecer quotas anuais assentes nas qualificações e nas necessidades de mão de obra do País. Antes de se abrir portas, é preciso saber onde são necessárias mais pessoas, com que perfil, com que especialidades.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas, para além de ser necessário apertar as regras de entrada, é urgente regular as regras de permanência. Quem vem para Portugal sem respeitar a sua lei penal, quem vem para Portugal para praticar crimes deve ser expulso.

Aplausos do CH.

Para além disso, como acontece noutros países, quando o cidadão é identificado como estando no nosso território de forma ilegal — portanto, sem a devida autorização, não só deve ser expulso como deve ficar impedido de voltar ao nosso país por um período de 10 anos. Só assim se desincentiva efetivamente a vinda de pessoas sem cumprirem os pressupostos legais.

De outra forma, vamos continuar a incentivar o denominado efeito de chamada e, conseqüentemente, a promover a prática do tráfico de seres humanos e do crime de auxílio à imigração ilegal. Isto foi exatamente o que aconteceu em 2019, quando se criou a presunção de que a entrada de quem se encontrasse em Portugal há 12 meses fora legal. Isto é o resultado de uma política migratória absolutamente irresponsável.

Para além disso, é necessário limitar o acesso a apoios sociais apenas a quem residir em Portugal há mais de cinco anos. Que sentido faz deixar entrar em Portugal — um país que, já de si, não é propriamente rico, onde a taxa de risco de pobreza é de 42 %, onde já existe uma enorme dependência do Estado — pessoas sem quaisquer condições financeiras para se sustentarem, acabando mais uma vez o Estado português por ficar responsável por elas?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Por isso, sim, o Chega diz sem medos, quem vier por bem, quem vier para trabalhar, com condições para sustentar, que venha. Mas quem vier para praticar crimes, quem vier a contar com algum apoio social, quem vier a contar com casa, quem vier a contar com o nosso Serviço Nacional de Saúde, não tem lugar em Portugal.

Aplausos do CH.

Dito isto, e ao contrário do que muitos possam pensar, estas propostas servem também para proteger os cidadãos estrangeiros que tantas vezes vêm porque lhes prometem um sonho, que depois culmina numa tenda à porta da AIMA, com eles a partilharem um T0 com mais de 20 pessoas ou com trabalho quase escravo em determinados setores de atividade. É também preciso proteger estas pessoas.

Como é possível permitirmos que dezenas de pessoas vivam numa mesma casa, sem quaisquer condições? Como é possível termos conhecimento disto — e temos, porque as juntas de freguesia passam os respetivos atestados de residência — e não fazermos nada? Como é possível permitirmos que numa única rua em Lisboa, em 400 m, estejam 10 000 pessoas registadas como residentes?

São esquemas atrás de esquemas, potenciados pelas alterações legislativas aprovadas pelas esquerda e extrema-esquerda neste Parlamento.

Aplausos do CH.

São esquemas atrás de esquemas que deixam ainda mais vulneráveis os imigrantes, mas, principalmente, prejudicam os portugueses, que estão a ser expulsos dos seus próprios bairros.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É ir ao Príncipe Real!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Por isso, é fundamental rever as normas relativas à emissão de atestados de residência, assim como também é fundamental aumentar as penas para quem praticar o crime de auxílio à imigração ilegal e tráfico de seres humanos.

Por fim, e não menos importante, é necessário flexibilizar o programa de regresso voluntário, por forma a acelerar os processos e assegurar que quem quer retornar, mas que não tem condições, consiga o apoio para isso.

Em suma, o que o Chega propõe é uma política de imigração responsável. Qualquer política de imigração deve procurar o equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais e demográficos com os interesses de longo prazo de Portugal, o que manifestamente não é o caso. A atual política migratória, embora com melhorias, não permite ainda inverter a tendência de entrada descontrolada em Portugal, não assegura o devido acompanhamento dos que entram e continua a comprometer os interesses de Portugal e dos portugueses, prevendo-se uma situação muito pior nos médio e longo prazos se nada for feito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Estas propostas são realistas, são necessárias e, acima de tudo, visam o bem-estar dos portugueses. Está agora nas mãos deste Parlamento fazer a diferença.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr. Deputada tem três pedidos de esclarecimento. Responde em simultâneo a todos?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, mas antes pedia a todos que tivessem atenção ao tempo e se autocontrolassem, para não estar eu a interromper dizendo que está prestes a acabar ou que já acabou o tempo.

Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não vou gastar tempo a dizer que acho que essa referência foi, com certeza, uma referência genérica, aplicável a todos os Deputados.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, queria saudar o Chega por trazer esta matéria a debate, que é muito importante debatermos. Depois de anos de irresponsabilidade na política de migrações conduzida pelo Partido Socialista e apoiada pelos partidos à esquerda, obviamente que é preciso inverter em absoluto esta política migratória, porque não cumpre nenhum dos dois desígnios que, para o CDS, são fundamentais numa política de imigração: por um lado, rigor na entrada e, por outro lado, humanidade na integração.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Demagogia!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aquilo que o Partido Socialista fez foi abrir completamente as portas e não ter qualquer rigor naquilo que era entrada nas fronteiras portuguesas e sujeitar quem veio a humilhações, a serem maltratados, a viverem mal e a não terem dignidade na vida no nosso País.

Aplausos do CDS-PP.

Não é digno um país que diga que entra quem quer e, depois, trata as pessoas abaixo de cão. Não é digno!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Por isso, Sr.^a Deputada, o que neste momento temos de fazer, do nosso ponto de vista, é concentrar esforços para ter soluções para os problemas que o Partido Socialista deixou.

Nesse sentido, a minha pergunta é muito clara. Como sabe, o Governo apresentou um plano para as migrações que a própria Sr.^a Deputada reconheceu, ali de cima, da tribuna, que começava a resolver alguns dos problemas, considerando que em alguns poderia ser insuficiente.

No Grupo Parlamentar do CDS, consideramos que as propostas que o Chega aqui traz, em algumas matérias, podem contribuir para essas soluções. A melhor maneira de fazermos um debate parlamentar, sabendo qual é a realidade do Parlamento, se estivermos dispostos a concentrar esforços e a dialogar é podendo baixar sem votação estas propostas, para não haver o risco de elas serem chumbadas.

O que lhe pergunto é se vai ou não privilegiar o diálogo em vez de querer, exclusivamente, fazer um número político-partidário e, eventualmente, ficarem as propostas pelo caminho.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, este agendamento é um hino à hipocrisia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega reconhece que o País precisa de imigrantes, mas depois acusa-os de invadir as nossas cidades. Reconhece que há trabalho para os imigrantes, mas depois acusa-os de não quererem trabalhar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Reconhece que os descontos dos imigrantes são muito importantes para a sustentabilidade da Segurança Social, mas depois acusa-os de terem benefícios sem descontar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega reconhece que os imigrantes são necessários, que há trabalho para os imigrantes, que são importantes para o equilíbrio demográfico, que são importantes para a sustentabilidade da Segurança Social porque fazem descontos, mas depois ataca os imigrantes como se fossem uma praga do Egito. E pior, quer virar as pessoas contra os imigrantes com base no medo, no preconceito e na xenofobia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L e do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Protestos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega tem um discurso que se nega a si próprio, porque é um discurso mentiroso. O Chega o que quer é um país de portas fechadas para a imigração legal,...

Protestos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os Srs. Deputados oiçam...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vejam se aprendem qualquer coisa!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os Srs. Deputados oiçam ou deixem ouvir quem está interessado em ouvir. O Chega quer um país de portas fechadas para a imigração legal, mesmo sabendo que isso escancara as portas à imigração ilegal.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente!

Aplausos do PCP, do PS, do BE e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que o Chega quer é que os imigrantes que não são ricos e que vêm cá para trabalhar para ganhar a vida trabalhem com baixos salários, sem horários, sem direitos, sem habitação condigna, porque não a podem pagar, quer que sejam invisíveis e que permaneçam ilegais e sujeitos a todo o tipo de discriminações.

É contra esses que o Chega aponta o discurso, acusando-os de serem os causadores de todos os males que afetam os portugueses que, tal como eles, sentem na pele o peso da exploração, dos baixos salários, da falta de habitação e da injustiça social.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço que acabe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, vou terminar dizendo que o Chega não é contra os estrangeiros se estes forem ricos. É contra os estrangeiros que sejam pobres e trabalhadores, para alimentar o discurso de virar trabalhadores contra trabalhadores, pobres contra pobres e pôr pobres a invejar outros pobres.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual é a pergunta?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Srs. Deputados, no dia em que os trabalhadores portugueses...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e os estrangeiros tiverem direitos iguais, salários decentes e habitações condignas cai por terra a demagogia do Chega. Cai por terra a demagogia do Chega!

Aplausos do PCP, do PS, do BE e do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (PCP): — O PCP é que está a cair por terra!

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Clara de Sousa Alves, para um pedido de esclarecimento, pedia aos Srs. Deputados o favor de terem em atenção a gestão do tempo, para que não tenhamos aquelas situações de interrupção em que o tempo é parado.

Só para o avisar o Sr. Deputado que, quando houve interrupções, quando estive em piores condições para se fazer ouvir, o tempo parou.

Risos de Deputados do CH.

Portanto, quando há interrupções, é parado o tempo, pelo que pedia aos Srs. Deputados para evitarmos essas situações de modo a tornar-se mais fácil o debate.

Vou dar a palavra, para um pedido de esclarecimento, à Sr.^a Deputada Clara de Sousa Alves, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Clara de Sousa Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como sabem, os imigrantes são uma parte essencial do nosso tecido social e económico, tal como muitos portugueses que, em tempos históricos, também eles saíram à procura de mais e melhores oportunidades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Clara de Sousa Alves** (PSD): — Esta ligação entre povos sublinha a importância da solidariedade e do espírito da União.

O tema das migrações é crucial para o PSD, e para o Governo, que apresentou, no dia 3 de junho, o plano das migrações. Temos um compromisso firme com a receção e o tratamento digno dos imigrantes, reconhecendo que a imigração não só enriquece a nossa cultura, mas também é vital para o crescimento económico e para a sustentabilidade demográfica.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Clara de Sousa Alves** (PSD): — Ora, discutimos aqui um projeto de lei que propõe que os cidadãos estrangeiros de Estados terceiros, sem acordo livre de circulação com a União Europeia, só possam aceder a subsídios sociais após cinco anos de contribuições para a Segurança Social.

Aproveito, Sr.^a Deputada, para lhe colocar desde já uma questão: porque é que estabeleceram este limite temporal de cinco anos? O que é que está subjacente a esse limite?

É importante, ainda, destacar três conclusões que se extraem do relatório anual do Observatório das Migrações: Em 2022, as contribuições dos imigrantes para a Segurança Social atingiram o valor mais elevado sempre, com um saldo positivo de 1604 milhões de euros; por outro lado, só beneficiaram de cerca de 257 milhões de euros, o que significa que recorreram menos aos apoios sociais; estes imigrantes representam 13,5 % dos contribuintes do sistema da Segurança Social.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Clara de Sousa Alves** (PSD): — Face a isto — e, ao contrário do Partido Socialista, que nunca teve nenhuma preocupação com o estudo deste fenómeno e, durante oito anos, nunca promoveu nenhum mecanismo de monitorização do impacto das contribuições dos imigrantes na Segurança Social —, entendemos que este assunto merece um estudo profundo e cuidado.

Posto isto, coloco duas questões muito concretas. Em que estudos e dados concretos se basearam para promover esta necessidade de alteração dos critérios de atribuição de subsídios sociais aos imigrantes? E, por outro lado, como é que podemos assegurar que qualquer alteração legislativa não comprometerá a equidade e a justiça social para todos?

Entendemos que os imigrantes não são um fardo, mas são, sim, uma oportunidade para fortalecer o País. E o PSD está, evidentemente, empenhado em garantir políticas de imigração...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Clara de Sousa Alves** (PSD): — ... que promovam a integração plena e justa, respeitando os direitos todos.

E, com isto, também pergunto se o Grupo Parlamentar do Chega está disponível para baixar este projeto de lei à comissão, sem votação, para que o possamos melhor analisar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, muito obrigada a todos os Srs. Deputados pelas questões colocadas.

Começando pela primeira questão e, portanto, respondendo ao Deputado João Almeida, efetivamente, da parte do Chega, há flexibilidade para trabalharmos estas matérias e alguns pontos que seja necessário trabalhar em sede de especialidade. Aliás, e respondendo também à Deputada Clara de Sousa Alves, não vemos razão para estar a fazer um requerimento de baixa à Comissão quando efetivamente estamos no início de um processo legislativo e, portanto, em sede de especialidade,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só votarem a favor!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... temos toda a disponibilidade para fazer alterações e para tentarmos encontrar aqui um consenso relativamente a esta matéria.

Ainda respondendo à Deputada Clara de Sousa Alves, importa aqui mencionar que as bases gerais do sistema de Segurança Social já preveem, no seu artigo 40.º, que a lei, no que diz respeito a não-nacionais, pode fazer depender o acesso à atribuição de prestações de determinadas condições, nomeadamente de períodos mínimos de residência legal ou de situações legalmente equiparadas. Portanto, isto já está previsto na nossa lei.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já está na lei!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — A única coisa que o Chega faz é, precisamente, dar corpo a esta proposta, e fizemo-lo após um estudo de direito comparado que poderá também depois fazer.

Ninguém contesta aqui os imigrantes que vêm para Portugal trabalhar. Aliás, o Chega não tem nada contra as pessoas que vêm para trabalhar, mesmo os portugueses que vêm para trabalhar. O Chega tem sempre contestado as pessoas, portuguesas ou não, que não querem trabalhar e querem viver de subsídios.

Aplausos do CH.

Portanto, aplica-se exatamente o mesmo princípio.

Neste caso em particular, não são portugueses, nunca descontaram em Portugal, pelo que deve ser aplicado um período mínimo para descontarem, para contribuírem para o sistema de Segurança Social português e, depois, então, terem acesso a alguns tipos de benefícios.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sem direitos!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Deputado António Filipe, honestamente, é engraçado ouvir aqui o PCP falar...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Engraçado é ouvi-la a si falar!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... de hipocrisia, quando é graças ao PCP...

Protestos do PCP.

Não sei se o PCP já ouviu falar...

Protestos do PCP e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços para pararem o tempo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só estamos a perder tempo!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Fascista!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Não sei se o PCP alguma vez ouviu falar de quotas de imigração, mas de facto elas existem. Elas existem nos Estados Unidos, existem na Suíça, existem na Austrália, existem no Luxemburgo, curiosamente são tudo países com uma situação económica muito mais favorável do que Portugal.

Vozes do CH: — Exatamente!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — E porque é que será? Se calhar, é porque só aceitam as pessoas de que realmente precisam para trabalhar.

Aplausos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já nos vossos países é o que é!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas deixe-me dizer-lhe também, Sr. Deputado, que foi graças às políticas aprovadas pelo Sr. Deputado, pelo partido do Sr. Deputado, que hoje cerca de 40 % das pessoas em situação de sem-abrigo são imigrantes. Nós abrimos as portas, mas não temos condições para as receber!

Aplausos do CH.

Só para finalizar, também é graças a toda a esquerda que o último RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) nos indica um aumento do crime de auxílio à imigração ilegal de 300 %, Sr. Deputado. Portanto, a responsabilidade é vossa, não é de mais ninguém!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Aproveito para informar a Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de alunos e professores da Escola Profissional Gustave Eiffel, do Lumiar, cidadãos do município de Oliveira de Azeméis e um grupo de cidadãos da Junta de Freguesia do Pombal.

Aplausos gerais.

Vou, agora, dar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo para uma intervenção.

Protestos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Temos tempo!

O Sr. **Presidente**: — Peço a todos os Srs. Deputados que deem condições ao Sr. Deputado para poder fazer a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entende-se a agitação da bancada do Chega. Apesar de tudo, deu-lhes um «Tânger», deixa as suas marcas. Foram confrontados por um imigrante na campanha, ficaram sem argumentos.

Protestos do CH.

Percebe-se o incómodo hoje, a irritação. Percebemos.

Aplausos do BE e do L.

Protestos do CH.

Percebe-se, Srs. Deputados, temos toda a compreensão para a vossa irritação, para a vossa agitação.

Protestos do CH.

O IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), nós, todas as estações meteorológicas percebem a agitação vinda daí. É a nortada da derrota. Custa e não passa.

Protestos do CH.

O Chega decidiu, aliás, aproveitar esta reunião da Assembleia da República, no Hemiciclo, para voltar à carga com as mentiras sobre imigração.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas também tenho de ter condições para o ouvir, até para poder fazer qualquer espécie de observação, e não o ouço. Não o ouço.

Portanto, pedia aos Srs. Deputados — e recorro a que estão alunos a assistir ao nosso Plenário — para darem condições para cada um exprimir as suas ideias livremente.

Sr. Deputado, peço desculpa por tê-lo interrompido. Faça favor de continuar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, não há problema, todos vimos o tempo que se pôs nas eleições europeias, a Comissão Nacional de Eleições já validou os resultados, era normal esperar-se uma certa agitação vinda da bancada da extrema-direita.

Risos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tenham vergonha! Perderam um Deputado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E é também natural, ou não, que tenham aproveitado este agendamento potestativo para voltar a validar o seu título, digamos assim, e a aproveitar o Plenário para renovarem o dístico das mentiras sobre imigração. É isso que o Chega sabe fazer sobre imigração: mentir, porque a realidade atrapalha-lhe os argumentos.

Há um divórcio clarinho como a água entre o que o Chega diz e a realidade.

Protestos do CH.

Ouçam bem, Srs. Deputados: Portugal não tem imigrantes a mais, Portugal precisa de mais imigrantes, porque eles são essenciais à nossa economia. São essenciais, Srs. Deputados, ao nosso modelo social, à sustentabilidade da Segurança Social — coisa que qualquer associação patronal pode explicar aos Srs. Deputados que acreditam na mentira que vêm para aqui dizer.

Portugal tem um problema de falta de políticas públicas para integrar na cidadania, quem já responde pela nossa economia.

Há setores-chave, Srs. Deputados, e são vários, como a agricultura — há Deputados da vossa bancada que o sabem —, que iriam à falência sem o contributo dos imigrantes.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Quotas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas é assim também na construção civil, no turismo, nas limpezas, na hotelaria. Não há setor-chave da nossa economia que não dependa do contributo dos imigrantes. Não há, Srs. Deputados, ao contrário do que vocês dizem, um fluxo migratório para aceder ao Serviço Nacional de Saúde e aos apoios sociais.

Sabe, Sr. Deputado, eu lembro-me dessa conversa dirigida aos emigrantes portugueses em França, a dizerem que «em agosto, trazem a família para usufruir do modelo social francês». Deviam ter vergonha por importarem essa mentira francesa.

Aplausos do BE e do L.

Os imigrantes são, aliás, contribuintes líquidos da Segurança Social — líquidos, Srs. Deputados! —, com 1800 milhões de euros; receberam 256 milhões de euros. Têm mais contributos para o nosso sistema fiscal, em proporção, do que os cidadãos nacionais:...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Estão a ser explorados!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... são 87 por cada 100; entre portugueses, são 48 por cada 100.

Protestos de Deputados do CH.

Sr.^a Deputada Rita Matias, quero-lhe dizer uma coisa, olhos nos olhos.

Protestos do CH.

Lembro-me, em 2015, da «França para os franceses». Foi grafitado, num clube português, nos arredores do Paris, pelos vossos amigos do *Rassemblement National*. Nós não nos esquecemos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda nem eras nascido!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Também não nos esquecemos da fraca figura que os Srs. Deputados fizeram em França, quando a Marine Le Pen vos decidiu pisar para dizer que era contra o ensino do português nas escolas públicas francesas.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Muito bem, bem lembrado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A extrema-direita, Sr. Deputado, é como a música de um pensador contemporâneo: «*What goes around comes back around.*»

Vozes do CH: — Eh!...

Risos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É assim a política da extrema-direita: faz sempre espelho.

Aplausos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado, aliás, sabe isto tudo. Sabe isto tudo! O Sr. Deputado teve uma bolsa de doutoramento para concluir que o populismo penal...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Fala português! Portugal aos portugueses!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e a estigmatização das minorias são inaceitáveis e alimentam movimentos políticos como o seu, Sr. Deputado. Você faz parte de um consenso científico, enquanto académico, que nós partilhamos. Aqui é que não consegue dizer a verdade, porque a verdade atrapalha a vossa linha política.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — É verdade, bem lembrado!

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Você?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Percebe-se a agitação. Talvez seja por terem percebido que o contador começou a contar.

Risos e protestos do CH.

Vozes do CH: — O vosso! O vosso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois é, Sr. Deputado! Ouvem o tiquetaque.

Protestos do CH.

É o tiquetaque de que nós e os imigrantes que contribuem para a nossa economia vamos assistir ao vosso desaparecimento. Tiquetaque, Sr. Deputado!

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha, mas entretanto nós somos 50 e vocês são 5! Vocês não são um táxi, são uma trotinete!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os seus argumentos são reduzidos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, dizem que os nossos trabalhos em Plenário, em estimativa, demoram mais cerca de 30 % do que o tempo das grelhas que os compõem. É esta a indicação que me foi dada, por isso, é isto que eu tento poupar, os 30 % suplementares que normalmente duram os nossos

trabalhos. Portanto, se todos tivermos alguma contenção no tempo, vamos, com certeza, também cumprir as grelhas tal como elas nos são colocadas.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o tema que nos traz aqui hoje é a imigração, mas, já que o Deputado Fabian Figueiredo falou nas europeias, quero dizer que estamos calmos e sereníssimos, ao contrário do Bloco.

Risos do BE e do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Serenidade é o que abunda nessa bancada!...

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Nós elegemos Deputados, portanto, os nossos 50 Deputados aqui hoje estão todos calmos e serenos com os resultados das nossas eleições.

Aplausos do CH.

Mas vamos ao que nos traz aqui. Foi notícia que, em dois anos, houve um crescimento de estrangeiros a viver em Portugal, na ordem dos 130 %. Hoje em dia, constituem 10 % da população.

Por outro lado, diz-nos o RASI que aumentaram exponencialmente os crimes de auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas — crimes que estão ligados à imigração —, bem como os crimes violentos e os relacionados com droga.

Deste modo, convém aflorar — e isto preocupa-nos particularmente — de que forma é que as variadas dimensões dos direitos das mulheres, todas as mulheres, as portuguesas e as estrangeiras, podem ser afetadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Vejamos: no que toca às mulheres estrangeiras, de que forma é que a política das portas abertas, que a esquerda apregoa, defende estas mulheres dos traficantes, dos exploradores, dos violadores, da violência doméstica?

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso, muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Zero!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Nada!

Em que medida, por exemplo, é que o regresso das manifestações de interesse, como pede o Bloco, protege as mulheres portuguesas na sua segurança? Não têm uma única medida de prevenção ou fiscalização da imigração que proteja as mulheres. Nenhuma!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente, bem lembrado!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — O Bloco diz assim na sua proposta: «Queremos regularizar os imigrantes, porque é a melhor forma de combater o tráfico de pessoas.» Com todo o respeito, Srs. Deputados, nós não queremos competir com os traficantes para ver quem é que consegue colocar mais pessoas cá dentro de forma regular.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Nós queremos é que as pessoas se sintam seguras!

Aplausos de Deputados do CH.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

No nosso País, as pessoas têm de se sentir seguras e têm de ter dignidade. E já se sabe que onde não há critério, onde não há controlo, onde não há regras não é possível que as pessoas se sintam seguras e não é possível que as mulheres se sintam seguras, que as nossas crianças se sintam seguras.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Vou terminar.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar mesmo.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Há uma inegável sensação de insegurança que não pode ser ignorada. Podem dizer: «Ah, é uma sensação, é uma perceção...» Não é! Mas, ainda que o seja, temos de pensar nisto. Não é possível não apresentar uma solução para isto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — O que é que nós fazemos pelas mulheres portuguesas que têm medo de andar na rua?

O Sr. **Presidente**: — Está compreendida a pergunta, Sr.^a Deputada. Muito obrigado.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — O que é que nós podemos fazer por estas mulheres?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo dispõe de 2 minutos para responder também, se faz favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Deputada Vanessa Barata, o que desprotege os direitos das mulheres são as políticas do Chega, que combatemos energeticamente.

Risos do CH.

O que protege as mulheres em Portugal são mais direitos, a começar pelo direito à autodeterminação sobre o seu corpo, coisa com a qual a bancada do Chega lida mal. Lida mal, Sr.^a Deputada.

Protestos do CH.

Segundo, ao contrário do que os Srs. Deputados tentam martelar, não há relação direta entre o aumento da criminalidade e a imigração.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Como é que sabes?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É que ninguém se lança com um barco de borracha ao mar e atravessa um deserto para vir para Portugal cometer crimes. Está mais do que documentado!

Protestos do CH.

As pessoas emigram para trabalhar, como os portugueses emigraram — quase 1 milhão —, passando a ditadura espanhola e entrando em França, para construir a democracia naquele país.

O que o Chega propõe levaria à falência — falência! — do nosso modelo social, à falência da economia portuguesa.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sabes ler?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E vocês sabem, os Srs. Deputados sabem disso, por isso é que se agitam e levantam fotocópias, porque sabem que os portugueses não sancionaram a política dos Srs. Deputados em matéria de imigração.

É por isso que perderão sempre este debate, porque as pessoas em Portugal sabem o contributo que as imigrantes e os imigrantes dão para a nossa economia...

Vozes do CH: — Sabem, sabem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e para o nosso sistema de previdência. E é isso que custa aos Srs. Deputados e às Sr.^{as} Deputadas: a realidade

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sobre mulheres zero! Nem uma palavra!

O Sr. **Presidente:** — Vamos continuar com as intervenções.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate de hoje seria sobre imigração, mas teve uma particularidade característica. É que o Bloco de Esquerda quis trazer o resultado das eleições europeias para este debate.

Pois aqui vamos ao resultado das eleições europeias. E, se eu olho bem, na frente dos meus olhos vejo os dois partidos que perderam Deputados, perderam votos e foram derrotados nestas eleições europeias.

Aplausos do CH.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — São três!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Diz o Sr. Deputado que o relógio começou a contar.

Risos de Deputados do CH.

Mas, da última vez que olhei para trás, nesta bancada vi 50 homens e mulheres do Chega contra uma trotinete de gente do Bloco de Esquerda, neste Parlamento — contra uma trotinete de gente, neste Parlamento!

Aplausos do CH.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Não foram dois, foram três!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. Deputado. Não, Sr. Deputado.

Sobre quem diz quem vem cometer crimes e quem não vem... Olhe, sabe porque é que lhe estava a mostrar uma folha? Era a dizer isto, que talvez a família da vítima possa estar a ver este Parlamento hoje: uma cidadã portuguesa violada por um paquistanês em Beja, onde se diz que o acosso e o assédio por parte de imigrantes têm sido cada vez maiores. «Vergonha», diz o Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas é a verdade de quem lá vive...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e de quem sabe, lado a lado, dia a dia, o que é lidar com um País que passou a ser um chamariz de imigração.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, Srs. Deputados, numa reunião que tivemos, a AIMA, a vossa AIMA, a AIMA da frouxidão deste País, disse-nos que, no Martim Moniz, numa loja de 6 m², há 50 trabalhadores. Este é o País que vocês criaram!

O País que vocês criaram não é o País porreiro, que quer receber quem trabalha, quem procura uma vida melhor. É o País da bandalheira, que deu aos traficantes, quer de homens e mulheres quer de droga, que deu aos violadores, que deu aos pedófilos, que deu a todos um abrigo seguro, neste País. É contra isso que nós somos! É contra esse País que nós somos! É contra esse País que nós somos.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, este País tem de ter regras para entrar. Como qualquer país decente do mundo, Portugal não pode estar do lado daquilo que PS, PCP e Bloco de Esquerda quiseram fazer. Nos últimos anos, assistimos ao maior ataque às regras de imigração do nosso País. Talvez por isso mesmo a Comissão Europeia tenha aberto um processo a Portugal: não porque nós fizemos bem, mas porque fizemos mal.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É para ter mais direitos dos imigrantes!

O Sr. **André Ventura** (CH): — De resto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós temos sempre uma vantagem moral: é que, quando o Sr. Deputado António Filipe se levanta, nesta Câmara, e diz «vocês querem o País dos trabalhadores sem direitos», Sr. Deputado, eu tenho sempre um grande orgulho, porque ao nosso lado estão a França, os Estados Unidos, o Luxemburgo e a Austrália; ao seu lado estão a Coreia do Norte, a Venezuela e Cuba.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Não tenho registo de nenhum pedido de esclarecimento,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem é preciso!

O Sr. **Presidente**: — ... vamos continuar com as intervenções.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para uma intervenção.

Protestos do Deputado do CH André Ventura e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Srs. Deputados... Srs. Deputados...

Sr.^a Deputada, espere um bocadinho, se faz favor.

Srs. Deputados, é uma falta de respeito em relação a todos nós não permitir que a Sr.^a Deputada que vai fazer a intervenção o faça. Portanto, agradeço que estejam reunidas as condições.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As propostas do Chega invisibilizam seres humanos, ilegalizam seres humanos,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ei!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... potenciam a exploração e a divisão entre as pessoas. Poucos dias depois de o Governo ter apresentado o Plano de Ação para as Migrações, o Chega não surpreende e rerepresenta as suas medidas anti-imigração.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Chama-se coerência!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Ainda sob o mantra que ouvimos nas eleições europeias, aqui estamos perante cinco medidas típicas de uma agenda divisionista.

O Chega quer que os imigrantes tenham de descontar cinco anos para a Segurança Social...

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... antes de poderem usufruir de qualquer prestação social, como o subsídio de desemprego.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isto é cruel. E isto é inconstitucional.

Aplausos do PS e da Deputada do BE Joana Mortágua.

Vamos voltar a dizer: os imigrantes contribuem positivamente para o saldo da Segurança Social. As contribuições dos imigrantes resultaram num lucro de 1,6 mil milhões de euros em 2022. Aliás, o Chega sabe que o Tribunal Constitucional já chumbou esta medida.

O Chega quer também quotas anuais para a imigração,...

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do País.

Vozes do CH: — Claro!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Imaginem o que teria sido a nossa emigração se nos tivessem feito isto, aos portugueses que, durante décadas, procuraram uma vida melhor. Imaginem o Governo encarregar da distribuição de mão de obra imigrante pelos setores de emprego em que o entende que faz falta — uma

espécie de sorteio, só que da dignidade da pessoa humana —, em vez da liberdade de escolha quanto ao trabalho e quanto à residência.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — É a realidade!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O Chega, na linha de Le Pen e de outros da sua linha, propõe também o limite de atestados de residência por habitação...

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e o apoio de programas para o regresso voluntário de cidadãos estrangeiros aos países de origem.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Ai, que monstros!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devias ir para o meio deles!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Uma espécie de incentivo à expulsão. Mais: recomenda que sejam suspensas de imediato as autorizações de residência de imigrantes.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Agora imaginem um imigrante, há meses e meses a trabalhar e a descontar para a Segurança Social, a ouvir esta proposta. A ouvir assim: «estás suspenso» — isto é, não és bem uma pessoa.

Os partidos de extrema-direita querem a segurança de alguns. E é por isso que os socialistas democratas, e não só, reivindicam a bandeira da segurança, porque só há verdadeira liberdade e segurança se elas forem de todas as pessoas. De todas as pessoas! Não há seres humanos ilegais e cada pessoa é um nome concreto, como Iqbal, o imigrante que trabalha nas estufas e apanha cravos,...

Risos e protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nas estufas de quem?

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e que nos interpelou, a todos e a todas. Tentaram que não fosse ouvido. Não conseguiram!

Tenho dito.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mentira!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já nem o PS bate palmas! Também, para quê? Com tanta mentira que disse...!

O Sr. **Presidente:** — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado André Ventura, que dispõe, para o efeito, de 2 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, muito brevemente, apenas para dizer o seguinte: Sr.^a Deputada Isabel Moreira, da sua intervenção ficam claras várias coisas, mas há uma que eu não posso deixar de anotar neste Parlamento.

Nós nunca vamos aceitar — nunca! — que se compare qualquer imigrante que chegue a este País com os valentes homens e mulheres que saírem de Portugal à procura de uma vida, para trabalhar, no mundo inteiro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — Qual é a *checklist*?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aliás, digo-lhe mais, Sr.^a Deputada: muitos desses homens e mulheres estão hoje nos países onde há quotas de imigração, onde apoiam as quotas de imigração e onde são a favor daquilo que nós defendemos, como uma imigração regulada na União Europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu ouvi a Sr.^a Deputada Isabel Moreira dizer que estas propostas de limitar os apoios sociais ao tempo que se cá está são inconstitucionais. Ora, eu tenho aqui a Lei n.º 4/2007, que diz precisamente que se podem limitar os apoios sociais ao tempo de período mínimo de residência. Sabem quem aprovou esta lei que eu tenho aqui na minha mão? Não, não foi o Chega, que não estava cá, não foi sequer o PSD, não foi o CDS. Esta é a lei de José Sócrates que vocês aprovaram aqui, no Parlamento. Aqui, no Parlamento!

Aplausos do CH.

Tenham vergonha! Tenham vergonha! Tenham vergonha! Está aqui! Está aqui! José Sócrates!

O orador exibiu uma fotocópia.

Eu sei que já não querem falar muito dele, mas ele ainda existe, e estava aqui a aprovar esta lei, que diz que podemos limitar os apoios sociais ao tempo de residência.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Temos grandes herdeiros de José Sócrates aqui, estou a ver!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Finalmente, Sr.^a Deputada, nós não levamos lições de moral, em matéria de imigração, do Partido Socialista, porque eu ainda me lembro de, quando os senhores começaram esta política de portas abertas, quem é que pôs os imigrantes em contentores, em Odemira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi o Chega nem o PSD! Foi o PS que, com a imigração que permitiu, fez isto: imigrantes em contentores. Imigrantes em contentores. Está aqui!

O orador exibiu uma fotografia.

Foi o Governo do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Portanto, o que eu lhe pergunto, Sr.^a Deputada, é: o que é que o PS fez para acabar com isto? Sabemos que foi nada! E porque é que acha que quem chega pela primeira vez a este País e nunca descontou aqui 1 cêntimo pode olhar para os portugueses lá em casa e dizer «eu posso beneficiar de apoios sociais»? Não, não pode! Se vem para este País, tem de trabalhar primeiro, e depois receberá os seus apoios sociais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Moreira, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, o que o Sr. Deputado aceita e não aceita é problema seu;...

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... o que a Constituição aceita e não aceita é problema da cidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A lei é vossa! A lei é vossa!

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com as intervenções.
Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quando o assessor não escreve, a Isabel não consegue mais!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real dispõe de 1 minuto, era bom que pudesse aproveitar todo o tempo.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema da imigração é da maior importância, no entanto, debater este tema pela mão do Chega é, de facto, esvaziá-lo com recurso a um discurso populista, um discurso do ódio e do medo, que procura virar pessoas contra pessoas e que se esquece que a máxima «Portugal aos portugueses», ou «França aos franceses», como ainda agora recentemente ouvimos, é a mesma coisa que dizemos aos nossos emigrantes e à nossa comunidade lá fora — só em França são mais de 600 000 — que não têm direito a sonhar com uma vida melhor,...

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E quantos votaram no PAN?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ou a dizer a quem cá está, em Portugal, que trabalha e já contribuiu com mais de 1800 milhões de euros para a nossa Segurança Social, que querem também pôr em causa a Segurança Social deste País. É isto que o Chega não está a dizer às pessoas lá em casa quando procura incutir a política do medo.

E mais: o Sr. Deputado André Ventura, quando vem aqui falar do crime de violação, esquece-se de que não só é grave estar a associar isso às questões da imigração,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sou eu, são as notícias!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... como em Portugal temos mais de 500 denúncias de violação pelos portugueses de bem, e mais de 30 000 casos de violência doméstica pelos portugueses de bem — não é pelos imigrantes.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Estás a defender o quê? Que os violadores são portugueses? Tem juízo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, misturar temas é um desrespeito à condição feminina, é um desrespeito à segurança do nosso País, é um desrespeito também à política da imigração.

Podíamos hoje estar a discutir problemas como o dos refugiados climáticos, ou o que é que vamos fazer no espectro democrático e moderado para resolver o problema da imigração,...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas não, estamos aqui, a reboque de um discurso populista do Chega, e o PAN não dá para esse peditório.

O Sr. **André Ventura** (CH): — As mulheres gostaram de ouvir isso!

O Sr. **Presidente**: — Não há pedidos de esclarecimento.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da IL, para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora são os imigrantes de Cascais!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje quero contar uma história de sucesso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora são os imigrantes de Cascais!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Uma história de um emigrante português que muito teve de trabalhar e batalhar para conseguir vingar.

Uma história de alguém que entrou, por duas vezes, de forma ilegal no país para onde decidiu emigrar, mas que depois, com grande resiliência, conseguiu legalizar a sua situação.

Uma história que ocorreu na Europa quando ainda não existia livre circulação de pessoas na Europa. Uma história que ocorreu antes do espaço Schengen.

Trabalhou arduamente, criou empresas e empregos no país que escolheu, contribuindo ativamente para a economia daquele país.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Para legalizar imigrantes!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Integrou-se na cultura e espalhou a cultura do seu país de origem.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isso é que não pode ser!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Com as propostas do Chega, este caso de sucesso nunca teria acontecido, pois este emigrante, após a sua primeira entrada ilegal, teria ficado impedido de obter residência no país durante 10 anos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Esta proposta em concreto é, no fundo, a atribuição de uma pena automática a quem, seja por que motivo for, ou sejam quais forem as circunstâncias em que ocorre essa entrada ilegal, fica impedido de entrar, mesmo que legalmente, no país.

Com as propostas do Chega, nomeadamente, a de acabar com o visto de procura de trabalho, este caso de sucesso nunca teria acontecido, pois ninguém poderia entrar no país para ir à procura de emprego e, com isso, tentar ter melhores condições de vida. Acabar com o visto de procura de trabalho representa um incentivo à imigração ilegal e um prejuízo direto à nossa economia. Limita a liberdade e o direito que todos temos de lutar por uma vida melhor e de lutar por dar melhores condições de vida à nossa família.

Devem existir regras e regulação para garantir que todos os que aqui entram têm acesso a oportunidades sem comprometer os mais básicos direitos humanos. Mas fechar as fronteiras não resolve o problema com que nos deparamos atualmente no nosso País.

Com as medidas do Chega, este caso de sucesso do emigrante português que foi para a França à procura de oportunidades e de uma vida melhor, e que conseguiu singrar, jamais aconteceria. Resta dizer que esta história de sucesso culmina com a sua eleição para esta Câmara,...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e ele senta-se hoje na bancada do partido que não permitiria que esta história de sucesso tivesse acontecido.

Aplausos da IL, do BE, do L, do PAN e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não tem nenhum pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Têm tempo! Agora não há perguntas?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Joana, estavas aí atrás, nem te via! Agora já te vi.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Querem imigrantes com alojamentos locais, daqueles que seguem no *Instagram*!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Passa muito tempo no nosso *Instagram*!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Só os portugueses não podem ter alojamento local!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Rodrigues, do Partido Social Democrata, para uma intervenção.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, aparentemente, o que se quer discutir aqui hoje é tudo menos a realidade portuguesa e a imigração. No entanto, nós queremos discutir a imigração, nós queremos discutir a dimensão e o domínio complexo que mexe com vidas humanas, independentemente da sua origem.

Portugal sempre foi um país de migração, da pessoa que procurava melhores condições, tal como hoje pessoas procuram melhor qualidade de vida, trabalho e até sobrevivência em Portugal. Temos de estar atentos a todos: aos que partem e aos que chegam.

O debate que se realiza hoje vem na sequência de uma iniciativa do Governo, quando, no passado dia 3 de junho, apresentou o Plano de Ação para as Migrações, que, desde logo, se iniciou por uma medida legislativa: o Decreto-Lei n.º 37-A/2024, que procedeu à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestação de interesse, repondo o sistema anterior, alterado em 2017, permitindo, por mera manifestação de interesse, a regularização de permanência para a atividade profissional sem visto válido para o efeito — a exceção que se tornou regra.

O plano do Governo, que foi apresentado atempadamente, trazia um diagnóstico que todos nós partilhamos. Em momento algum ouço alguém deixar de comungar este diagnóstico: problemas nas regras de

entrada; processo falhado de extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras); incapacidade operacional da AIMA; perturbações operacionais nos sistemas de controlo de fronteiras; degradação do sistema e das políticas de integração; pressão sobre os serviços públicos; complexidade na integração e sucesso escolar dos filhos dos imigrantes; dificuldade no acesso dos imigrantes ao SNS (Serviço Nacional de Saúde); esgotamento da capacidade dos centros de instalação temporária e centros de acolhimento; aumento dos cidadãos estrangeiros em exclusão; inoperância dos sistemas de retorno; crescimento, ainda, das redes de tráfico de seres humanos.

Ninguém contesta este diagnóstico, no entanto, no conjunto de propostas apresentadas, aparentemente, ninguém quer, estrutural e estrategicamente, resolver este problema: uns questionando o que foi feito e os outros nada fazendo.

A situação atual, com cerca de 400 000 pessoas com pedido junto da AIMA, demonstra que o atual sistema não funciona, nem esta entidade se mostra capaz, por si só, de resolver o problema das pendências. Daí que se tenha proposto uma estrutura que, de forma organizada, determinada e objetiva, assente, numa primeira fase, na apreciação de processos e, em seguida, no atendimento presencial para a receção de resposta, acompanhamento e integração, possa resolver a situação daqueles que cá estão — inacreditável situação que o Governo anterior deixou prolongar, deixou prorrogar, com a vida desses cidadãos num limbo.

Agora, questão diferente é aquela em que se propõe um estabelecimento de quotas e a revogação de vistos para programas de trabalho. Tal implicaria a dificuldade de canais regulares de imigração, e é sabido que o País carece de mão de obra em diversos setores, tal como tem vindo a ser sucessivamente referido por empresários, associações e sindicatos.

Portugal deve ter portas abertas, mas não escancaradas, regular sem discriminar, assegurar o tratamento minimamente decente dos pedidos efetivados para impedir redes de tráfico humano, situações de escravidão e o desrespeito pelos direitos humanos. Não será através da obrigação total de expulsão destes cidadãos ou do aumento das molduras penais, mantendo a tipologia dos crimes já previstos, que se alcança essa regulação.

Importa distinguir as situações de abuso por parte de pessoas que se aproveitam para acusar os que vêm trabalhar pelo aumento da criminalidade, quando tal não tem respaldo objetivo ou estatístico. Não podemos ceder à demagogia e ao populismo, insuflando medo e criando cenários não provados e de generalização absurda. Não podemos pactuar com o que fomos verificando nas existências das redes de tráfico de pessoas, na exploração laboral e na desumanidade.

Não é aos imigrantes, que são vítimas e não autores de crimes, que se pode imputar esta situação, e é aqui que as ações das forças policiais têm de intervir com vigor para salvaguardar a dignidade humana e os direitos humanos de cada um dos envolvidos.

Abordemos a questão que mais discutida tem sido: o fim dos processos por manifestação de interesse. É preciso distinguir duas situações, os processos pendentes e os novos pedidos: sobre as pendências, já nos referimos; sobre os novos pedidos, novamente, o Governo terminou de estabelecer um método, através dos consulados, que obriga a que quem quiser vir trabalhar para Portugal tenha a sua situação regularizada previamente, solicitando a devida autorização para entrar em Portugal.

O recurso abusivo e sistemático ao mecanismo anterior, associado à enorme procura, às vicissitudes do moroso processo de extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e à ineficaz distribuição dos respetivos recursos e sua atribuição às várias entidades pré-existentes, contribuiu para que a situação do País, na regularização e documentação dos cidadãos estrangeiros, ficasse pendente em cerca de vários milhares de processos.

Posso ainda referenciar a situação da AIMA. Todos assumem que a situação é complexa, mas não é através de um meio impraticável como o que aqui foi colocado hoje para discussão, contratando em 60 dias e contrariando as regras da Administração Pública, que vamos resolver os problemas existentes. É uma declaração simplista, não compaginável com uma solução estrutural para os problemas. É preciso mais, bem mais.

Se a extinção do SEF foi polémica e pouco cuidada, a criação da AIMA não correspondeu aos fins previstos. Pior foi a passividade com que esta situação foi tratada, com a acumulação de milhares de processos novos todos os meses, durante meses, sem ação, sem reação e sem respeito pelas pessoas envolvidas.

A generalidade dos projetos em causa, apresentando temas que nos merecem atenção, carecem de ponderação cuidada e integração numa estratégia global e objetiva.

O projeto sobre a reposição da manifestação de interesse merece-nos natural desaprovação, mas há outros projetos, que podem apresentar questões de legalidade ou até de constitucionalidade, e importa vir a verificar em sede de especialidade.

Quanto aos diplomas hoje em apreciação, importa deixar claro que estes não têm uma visão global sobre o problema da imigração. O plano que o Governo apresentou há cerca de duas semanas vai mais longe: dispõe de uma visão estratégica, estrutural, não é um documento fechado e aguardamos contributos de todos os partidos que proclamaram o diálogo e a necessidade dele, mas que pouco ou nada contribuíram para o seu desenvolvimento. Onde estão os contributos preocupados do Partido Socialista? Onde estão os contributos preocupados do Partido Comunista? Ou de «Os Verdes»? Ninguém esteve preocupado em apresentar mais nada do que aquilo que estava apresentado. Concordam? Assentam com tudo aquilo que já foi apresentado até agora?

O plano de ação integra soluções específicas para um acordo de mobilidade da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), com o qual concordamos. Resolve um problema que se mantinha preso por arames e que exigia uma apreciação. Também esse foi sucessivamente adiado.

Quanto ao reforço da fiscalização através de equipas para combater os abusos: saudamos a sua existência, saudamos a sua necessidade e saudamos, acima de tudo, a sua eficácia nas decisões que ainda estão por tomar.

As quatro dezenas de medidas acrescentam direitos; não restringem, regulam. Portugal acolhe com dignidade e com cuidado. Se é verdade que precisamos dos imigrantes, estes precisam, acrescentam e contribuem para a economia do País. Mas este tem também de lhes dar uma oportunidade: para lhes conferir integração; para contar com eles para, em simultâneo, proporcionar trabalho, vida, família, futuro, ajudando a construir o nosso futuro e o crescimento da nossa economia, sem traumas, sem demagogia e sempre com humanismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste momento, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento. Peço-lhe que indique como é que pretende responder.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Aos dois primeiros em primeiro lugar e depois ao terceiro, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Rodrigues, cumprimento-o.

O Governo acabou com as manifestações de interesse e voltou a introduzir o modelo que Portugal já teve, que é o de os vistos terem de ser solicitados na rede consular.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Acontece que o próprio plano de ação do Governo prevê, porque sabe que essa medida vai falhar, que haja uma regularização extraordinária por decisão discricionária da administração.

Como o Governo, o Estado português, vai lançar um grande plano de obras públicas — um novo aeroporto, uma travessia, acessibilidades, alargamento da rede de metro, etc. —, tem necessidades na agricultura, sabe que o que acontecerá será uma repetição de um filme do passado que correu mal. O Sr. Deputado recordar-se-á dos consulados que tiveram de ser encerrados porque o seu acesso — em Kiev ou em Bissau — estava

controlado pelas máfias. E conhece também a realidade espanhola, onde existem milhares de imigrantes, que são necessários para as campanhas agrícolas, e que estão em situação irregular.

A minha pergunta é, Sr. Deputado: reconhecendo o Sr. Deputado e o Governo que apoia que entrarão milhares de pessoas em situação mais frágil do que entram agora, e reconhecendo nós...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Reconhecendo onde?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que o processo de criação da AIMA foi uma catástrofe e que o Estado português falhou aos imigrantes,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por vossa culpa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Lá isso falhou!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o problema é que o fim da manifestação de interesse, Sr. Deputado, e a sua substituição por uma regularização administrativa discricionária, vai deixar milhares de trabalhadores no limbo, desprotegidos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, a imigração ilegal é exatamente a mesma coisa!

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nós já tivemos esta realidade no passado para construir o alargamento do metro, a EXPO'98 (Exposição Internacional de Lisboa de 1998), um conjunto alargado de obras públicas, e depois foi preciso regularizar de forma extraordinária. E é esse modelo que estamos, infelizmente, a reintroduzir em Portugal.

Ouvimos as várias vozes, nomeadamente representantes do setor da agricultura, que chamaram à atenção dizendo que não se pode voltar ao tempo em que se demora 11 meses para obter um visto de trabalho!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora é mais!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o que acontecerá, como acontece em todos os maus exemplos internacionais que o Governo quer importar, é que teremos milhares de trabalhadores em Portugal...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado esgotou o seu tempo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... em situação precária, desprotegida e na mão das máfias, Sr. Deputado.

Aplausos do BE.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, fico um pouco confuso ao ouvir o Bloco de Esquerda perguntar como é que vai ser daqui para a frente com tantos imigrantes em situação de irregularidade. Mas eles agora estão em situação de regularidade?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estão!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não estão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado não se apercebeu de que há 400 000 pessoas à espera de ser regularizadas? Acha que isto é normal para um país? Acha que este é o país que quer, em que esteja tudo em contentores ou à porta da AIMA à espera de ser regularizado? Se é o país que quer, não é o país que nós queremos, e por isso ficará o Sr. Deputado com esse ónus!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ó António, peço imensa desculpa!

Risos do Deputado do PSD António Rodrigues.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado António Rodrigues, gostava de lhe perguntar o seguinte: durante a campanha eleitoral, o líder do seu partido disse que tínhamos de arranjar alguma forma de quotas, respondendo a uma interpelação que tinha sido feita, na altura, pelo Chega.

Queria perguntar-lhe, então, se hoje o PSD vai concretizar esse desígnio de Luís Montenegro, que é votar a favor da reintrodução de quotas na imigração em Portugal, quotas como, aliás, vários países têm.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente, bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não vamos! Vamos votar contra!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, o Sr. Deputado diz: «Na especialidade podemos trabalhar isto.» Então, Sr. Deputado, em vez de se unir ao Partido Socialista hoje, o que nós sugerimos é que vote a favor das nossas propostas e, na especialidade, estaremos certamente prontos para negociar e para chegar a um acordo. Esse é o primeiro ponto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem se une ao PS é o Chega!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O segundo é, Sr. Deputado, a CPLP. É que Luís Montenegro disse uma coisa em campanha e nós ouvimo-lo, em Cabo Verde, a dizer que vai agilizar mais os vistos da CPLP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado, atualmente, quem vem da CPLP está dispensado de apresentar seguro, comprovativo de meios de subsistência, não tem de dizer o que é que tem nem onde é que o tem, está dispensado de apresentar cópia do título de viagem e sequer de estar presencialmente aqui. Basta-lhe chegar e dizer que vai procurar emprego.

Queria-lhe perguntar se concorda objetivamente com isto, se acha que, num universo de 300 milhões de pessoas, nós podemos dizer a um país de 11 milhões que pode vir quem quiser, como quiser, sem qualquer critério, sem qualquer regra, para as terras portuguesas. Sei que não é a sua perspetiva e não é a nossa também, mas, para isso, não basta conversa. É preciso aprovar medidas e é preciso mudar a lei que temos.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, compreendo as suas preocupações, mas o que não consigo compreender é como é que quer fazer, sucessivamente, da regra exceção e da exceção regra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora! Com certeza!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Ou seja, há uma inversão total sobre esta situação em querer manter aquilo que existe agora, em que qualquer pessoa entra sem qualquer tipo de controlo, sem sabermos onde é que está, para poder fazer o que quiser sem ter qualquer tipo de informação para poder saber o que é que o País tem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Aquilo a que o Governo se propôs e com que concordamos e aqui viemos dizer é que o modelo tem de voltar a ser um em que as pessoas declaram antecipadamente o que vêm cá fazer. Se vêm contribuir, muito bem, serão bem-vindos, mas temos de saber antecipadamente e temos de ter o mínimo de regularização sobre esta situação.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Deputado André Ventura, quero-lhe agradecer, em primeiro lugar, ter respondido ao Bloco de Esquerda da forma como eu iria seguramente responder a parte da sua matéria.

Risos dos Deputados do CH André Ventura e Pedro Pinto.

Agora, em relação à CPLP, há duas questões que são relevantes. Primeiro, não se tratam os países da CPLP, com quem nós temos dívidas de passado — históricas e culturais — como os Estados terceiros.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Em segundo lugar, há uma coisa fundamental. Fico preocupado em saber se vai haver 300 milhões de pessoas a virem para este nosso território. Porque, nesse caso, vamos ter todos de ir passar férias para esses territórios.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha...!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Mas não creio que essa questão se coloque. O que estamos aqui a fazer é a criar relações especiais com quem nos merece particular relação.

O que o Governo se propõe não é alargar mais o que está já no acordo com a CPLP. É regular, é fazer com que o que era uma mera página A4, que era agora preenchida e levava um carimbo, passe a ter uma documentação válida para que todos possam circular autorizadamente dentro de um espaço onde nós próprios circulamos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vão manter as regras?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nós vamos manter as regras que vierem depois a ser discutidas aqui, e discuti-las-emos aqui; mas a regras são aquelas que já estão anunciadas.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Não vamos pôr em causa o acordo que sempre aprovámos relativamente a esta matéria.

Em relação às quotas, não podemos concorrer com essa vossa vontade de querer limitar, num tipo de pacotes que se metem dentro de gavetas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o Luís Montenegro!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que o Programa do Governo e o Governo tem na sua proposta é dizer que serão ponderadas em função das necessidades de trabalho que o mercado definirá. Não são quotas; não é dizer que entram agora 300 do Bangladesh, entram 450 do Paquistão, entram 500 da Índia... não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não foi isso!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que nós queremos dizer é que as pessoas são avaliadas em função dos pedidos e em função do encaminhamento que pode ser feito em termos da economia nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não estamos a falar disso!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É tão-só isto que vamos ter de fazer e é só isto que o Governo se vai propor realizar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. António Rodrigues, começava por saudar o tom — e acho que é o tom correto num debate desta natureza, com base em dados e com espaço para construção de soluções — e respondia-lhe a uma pergunta que deixou no ar e deixava-lhe, depois, duas de volta.

Perguntou o Sr. Deputado, a certa altura, onde estão as propostas do Partido Socialista neste debate. Permita-me dar-lhe a resposta: muitas delas, daquilo que foi apresentado pelo Governo, constavam da pasta de transição que foi entregue ao Governo e que, corretamente, o atual Governo manteve.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com o que o PS fez, mais vale, de facto, não haver propostas!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Há um aspeto em que continuidade no que é o humanismo, no que é o bom acolhimento, é de saudar. E dava alguns exemplos: a promoção da aprendizagem da língua portuguesa, a Agenda para o Emprego Digno, a integração e inserção laboral de refugiados e migrantes em situação vulnerável, com contratos de acolhimento celebrados. Que o Governo as continue a reter neste programa, no conjunto das medidas, e que possa haver reconhecimento desse trabalho é algo que o Partido Socialista saúda como positivo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já é anterior ao Partido Socialista!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E, noutro sentido, também aquilo que não ficou no programa. Há precisamente alguns aspetos que já foram referidos que podem afastar alguns, mas felizmente afastam alguns das políticas de imigração, como, por exemplo, o prescindir de uma política de quotas, manter o perfil da AIMA sem funções policiais ou, até, manter a mais-valia que seria a ligação especial à CPLP e aos países do mundo. Porque, de facto, podemos vir aqui bradar aos céus e dizer «não, nós queremos imigrantes com um perfil cultural próximo do nosso!», como diz o Chega, mas, depois, quando se dá uma oferta clara relativamente a países que falam a nossa língua, que partilham a nossa cultura, esses também já não pode ser! Porque a resposta, para o Chega, é sempre nada para ninguém!

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem é de haver regras!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Uma solução equilibrada, como acho que todos os que estão de boa-fé neste debate tentam construir, para ajudar as pessoas a ajudar a economia, passa por consensos nesta Câmara. E era isto precisamente que queria deixar como pergunta. Sr. Deputado, falaremos disso, provavelmente, mais algumas vezes ao longo deste debate, mas, no que respeita às manifestações de interesse, parece-nos que na solução que o Governo adotou, a principal modificação legislativa deixa um hiato. Deixa um hiato em algumas situações em que era necessário haver legislação. Poderemos discutir isso, e seguramente o faremos durante este debate, mas a minha pergunta, neste momento, é esta: considera o Grupo Parlamentar do PSD que esta solução de revogação sem substituição por qualquer outra ferramenta ou por qualquer outra adequação de um mecanismo da manifestação de interesses é a solução definitiva? Ou estão disponíveis para encontrar algo que, equilibradamente, proteja os imigrantes, os afaste das redes de imigração ilegal e ajude a construir uma solução para continuarmos a, corretamente, acolher todos em Portugal?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que os afasta é isto!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então e a resposta?

Pausa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem toda a razão.
Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem, eu também sou António Rodrigues...

Risos da Deputada do BE Marisa Matias e do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, quero apenas dar três notas ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, a quem agradeço a pergunta.

A primeira é relativamente ao que constava da pasta de transição. Isso significa, pela sua declaração, que o Partido Socialista vai aprovar também as medidas do pacote que o Governo vai trazer a este Parlamento ou que aprovará por decreto-lei, sem pôr qualquer tipo de dúvidas relativamente a essa matéria.

Em segundo lugar, relativamente à questão das manifestações de interesse, é bom que o Partido Socialista, de uma vez por todas, entenda. Quando dizemos que queremos praticar o diálogo, quando estamos disponíveis — e disse-o ali, de cima da tribuna, que estávamos disponíveis para discutir —, afinal de contas, estamos à espera de ouvir. Nós estamos disponíveis para trocar impressões e poder construir novos modelos sem portas totalmente fechadas, disse-o também ali de cima. Estamos disponíveis para refletir, para discutir; não temos políticas fechadas e iremos até onde for possível para encontrar o maior consenso numa matéria que tem a ver, como eu dizia há pouco, com a vida das pessoas. Tem a ver com as pessoas que cá estão, tem a ver com os portugueses, mas tem a ver também com as centenas de milhares de pessoas que estão em Portugal sem qualquer tipo de orientação e legalização.

Quando falamos das manifestações de interesse e da forma como isso foram tratado: era preciso tomar uma medida drástica relativamente àquilo que estava a acontecer. Não o tivéssemos feito, hoje não tínhamos 400 000, provavelmente tínhamos 500 000 pessoas à espera de uma qualquer apreciação. Era preciso travar este fluxo, porque há muito imigrante que também está desempregado e que pode vir a ser encaminhado para

outras atividades. Agora, é importante que todos nós digamos que queremos fazer diálogo, queremos praticar diálogo, mas sejamos consequentes para o poder atingir.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Agora sim, para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente: Vamos, então, ver o que é que o Chega aqui nos propõe. O Chega propõe-nos cinco coisas, espero ter tempo de as referir.

A primeira é que os imigrantes estejam cinco anos a trabalhar e a fazer descontos até poderem beneficiar de quaisquer direitos em matéria de segurança social.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é em vários países!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Srs. Deputados, isto não é só uma inconstitucionalidade, isto é uma vergonha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está na lei!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é só uma inconstitucionalidade, é uma vergonha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está na lei!

Aplausos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se estivesse na lei, não precisavam de o propor, Srs. Deputados.

Aplausos do L.

Vozes do CH: — Está na lei!

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Segunda questão: o apoio ao regresso voluntário — este é que está na lei, o apoio ao regresso voluntário está na lei.

O Chega reconhece, no preâmbulo, que o problema é que isto é moroso porque é preciso articular com os países de origem. Então, o que é que propõe? Que seja desburocratizado e célebre. *Boutade*, Srs. Deputados, isto não é rigorosamente nada!

Terceira questão: o Chega quer convencer-nos de que o problema do acesso à habitação é porque há estrangeiros, não é a especulação imobiliária. Que ideia! Que ideia! Que ideia!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Vozes do CH: — Isso é o Bloco!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é o regime dos residentes não habituais, esses são imigrantes ricos e os senhores gostam deles, não é esse o problema!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São os que contribuem para a Segurança Social!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é esse o problema, como se o problema do acesso à habitação fosse um problema dos estrangeiros mais pobres! Não, é também um problema de portugueses. Vão ver os sem-abrigo que estão na Gare do Oriente, vejam se são imigrantes — não são, não são!

Protestos do CH.

Portanto, os senhores querem resolver esse problema, como? «Não, resolvendo o problema da habitação, deixando de passar atestados de residência aos estrangeiros. Fica o problema resolvido, estamos conversados.»

Depois, o regresso das quotas. Srs. Deputados, quem introduziu o regime de quotas em Portugal foi o Eng.º José Sócrates.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois foi!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ora bem, tem aqui prestimosos sucessores.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o que eu disse há bocado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega assume-se aqui como sucessor da política migratória de José Sócrates.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E não é só ele!

Protestos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa introdução das quotas, em 2007, foi abandonada 10 anos depois. Porquê? Porque falhou redondamente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quem é que pediu o abandono dessa política? Os empresários, porque precisavam de pessoas para trabalhar e eles não podiam entrar, ao abrigo desse regime. Foi preciso criar, de facto, o regime que agora, em má hora, o Governo PSD/CDS-PP quer revogar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não deixa de ser curioso ver o PCP a defender isso. Mas tem razão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Chega está sempre um bocadinho atrasado, no geral!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas vamos a esta questão. Uma política de portas fechadas foi adotada em 1992 por Cavaco Silva e Dias Loureiro. O que é que isso produziu? Imigrantes ilegais. Foi preciso, em 1996, fazer um processo de regularização extraordinário dos imigrantes ilegais,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente! Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... porque essa política de portas fechadas só criou ilegalidade na imigração, e foi preciso, em 1996, consensualmente, criar um processo de regularização extraordinário.

Assim como, em resultado do falhanço das quotas, foi preciso, em 2017, adotar um novo regime, que foi o regime que estava em vigor e que o Governo agora quis revogar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Coreia é que entrou bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A última questão que é aqui proposta é a cereja no topo do bolo: nem mais uma autorização de residência enquanto as 4000 que estão pendentes não forem decididas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — 400 000!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem: como, entretanto, essas 400 000 não são resolvidas, as que entrarem de novo nem sequer são apreciadas. Ora, remédio santo — remédio santo! —, nem mais uma autorização de residência! É isto que o Chega aqui veio propor!

Vozes do CH: — Nem mais uma!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estamos conversados! Com propostas destas, estamos conversados.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É isso mesmo! Nem mais uma!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os senhores, o que querem é, de facto, incentivar a ilegalidade da imigração, que eles não se legalizem, porque sabem que quando os imigrantes se puderem legalizar a vossa demagogia cai por terra e é isso que os senhores não querem.

Aplausos do PCP, do BE e do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deviam era ler a lei!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sócratistas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo registo de pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Caras e Caros Colegas, Caros Concidãos nas galerias:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas continua com isto? Isto é faltar ao respeito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... Este debate tem uma curiosidade. Para um assunto que é tão polémico, tão polarizador, tão cheio de temas que provocam uma resposta social que os populistas exploram, na verdade, depois, chegamos ao fundo do tema e está toda a gente de acordo com uma coisa — todos os grupos parlamentares aqui o dizem e a Sr.^a Deputada Única também —: Portugal precisa de imigrantes. Não houve ninguém que não dissesse isso.

Portugal precisa de imigrantes que venham para Portugal trabalhar e a boa notícia é que os imigrantes vêm trabalhar. Os imigrantes, está estudado, vão para onde a economia cresce e onde há trabalho e, em geral, saem quando a economia contrai e quando deixa de haver trabalho. E quando os imigrantes vêm, ajudam a economia a crescer também, como, aliás, tem acontecido em Portugal.

Portanto, a boa notícia é que o que falta fazer é garantir que esta imigração de que precisamos — até o proponente admite que precisamos dela — seja regulada, que venha através de canais legais e possa contribuir para o todo nacional, de forma a que os trabalhadores não sejam explorados, e que também seja reconhecido que com cada trabalhador vem uma pessoa que tem a sua dignidade e os seus direitos.

Não ouvi sequer grandes reações do Chega, só se chateou muito com a saudação inicial. Portanto, aparentemente estamos todos de acordo com isto.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Já ninguém liga ao que diz!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O que há a fazer é procurar a melhor maneira de fazer isto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não há muitas maneiras!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque deixar a imigração sem canais legais só beneficia três tipos de personagens: o traficante de seres humanos, os patrões sem escrúpulos e os políticos oportunistas. De resto, mais ninguém beneficia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então é melhor deixar assim!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah, afinal reagiram com «os políticos oportunistas»!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — «Os patrões sem escrúpulos» também dá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E a Joacine?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Na verdade, de toda a conversa que se faz aqui sobre a AIMA, e antes sobre o SEF, há uma instituição nacional de que nunca ouço falar e que é crucial para regular a imigração e o trabalho dos imigrantes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é o Bloco de Esquerda!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Chama-se Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Nunca se ouve, aqueles que falam da imigração ilegal, dizer que a ACT deve ter condições,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Pois é!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que os patrões devem ser inspecionados, devem ser processados aqueles que são abusadores,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fomos nós que pedimos o reforço da ACT!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e devem ser punidos exemplarmente aqueles que beneficiam dos traficantes de seres humanos. Isso nunca se ouve dizer.

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque, na verdade, se a imigração está ligada ao trabalho e se queremos imigrantes que venham trabalhar, então, o que precisamos é de garantir que as condições de trabalho, para portugueses e para imigrantes, sejam as adequadas.

Para isso, evidentemente, é preciso saber quem são as pessoas, é preciso que elas tenham autorizações de residência, é preciso que o Estado possa fazer o seu trabalho, e isso não se consegue, Srs. Deputados do Chega, propondo que quem chega indocumentado seja expulso e não possa sequer voltar a candidatar-se durante 10 anos.

Vozes do CH: — E a Joacine?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sabem como é que isso se resolve?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É andarem aí à vontade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Garantindo, por exemplo, que os imigrantes a quem foi negada a entrada tenham direitos, mesmo depois de negada a entrada. Por exemplo, que tenham direito de acesso ao advogado — não

sei se os Srs. Deputados do Chega acham mal —; tenham um direito, que muitas vezes não têm, que é o direito de fazer telefonemas para casa; tenham direito de acesso ao seu próprio telemóvel.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Telefonemas para casa?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aparentemente, o Sr. Deputado André Ventura não concorda.

Que tenham direito, por exemplo, a serem acompanhados, nas entrevistas pelas autoridades competentes portuguesas, por associações de defesa dos direitos dos imigrantes.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Deputado Bruno Nunes não concorda que os imigrantes tenham acesso às associações de defesa dos seus direitos no momento em que estão, cara a cara, com as autoridades portuguesas. Pois bem, tudo o que está aqui é uma proposta de lei da vossa Deputada Cristina Rodrigues, apresentada aqui em 2020.

Risos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Não conhece os termos judiciais!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há pouco, ouvi a Sr.^a Deputada Mariana Leitão apresentar um caso de imigração de sucesso e eu não quis ficar atrás e quis apresentar outro caso de imigração de sucesso, precisamente daqueles que beneficiam de quando os canais legais de imigração não estão instituídos, quando a Autoridade para as Condições do Trabalho não tem meios para fazer o seu trabalho e garantir que os trabalhadores migrantes tenham os seus direitos respeitados. E quando os imigrantes não são tratados com dignidade, aí aproveitam-se os políticos oportunistas, incluindo aqueles que ainda há pouco tempo defendiam a dignidade dos imigrantes, mas veem oportunidades de crescimento político...

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... em passar a defender exatamente o contrário do que defendiam antes.

Aplausos do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devias ter vergonha!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a Joacine?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Fala da Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Havia outra Deputada não inscrita mais interessante!

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, não tem pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não tenho nenhum pedido de esclarecimento, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mara Lagriminha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês foram os únicos que expulsaram uma imigrante, e negra! O Paupério também queria emigrar, mas não emigrou!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos, por favor, criar condições para que a nossa colega possa intervir.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sabemos que o clima está tenso, mas vou esperar que se acalmem um bocadinho.

Continuação dos protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço aos serviços que parem a contagem do tempo.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje um conjunto de iniciativas que, a serem aprovadas, empurrariam Portugal para um profundo retrocesso.

Podemos até perguntar o que leva um grupo parlamentar a apresentar uma iniciativa, propor alterações à condição de atribuição do RSI, quando alterações semelhantes — sim, Srs. Deputados, alterações semelhantes —, que têm a ver com a obrigação de permanência de três anos — e agora é proposto cinco anos —, já foram declaradas inconstitucionais ao discriminar a atribuição a residentes estrangeiros, porque tal configura uma clara violação do princípio da proporcionalidade.

Aplausos do PS.

Quero recordar que o valor líquido das contribuições dos imigrantes para o nosso sistema de Segurança Social, no final de 2023, tinha um saldo positivo histórico criado exatamente pelas contribuições dos imigrantes, que pagaram mais de 1800 milhões e só receberam 250 milhões em prestações sociais. Eis a primeira desconstrução do mito.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

Para o Chega, os estrangeiros podem contribuir para o sistema nas mesmas condições que os demais, mas não podem aceder a prestações nas mesmas condições dos demais.

Por momentos, podíamos imaginar que estaríamos num cenário imaginado por autores como Aldous Huxley, numa espécie de *Admirável Mundo Novo*, em que as personagens gravitam numa realidade disfuncional, manipulada, desumanizada e seletiva.

Por isso, vamos à desconstrução do segundo mito. Para isso é preciso perceber a base de criação do antigo rendimento mínimo garantido (RMG), que veio dar resposta à recomendação do Conselho de Ministros da União Europeia para que os Estados-Membros reconhecessem, no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana.

Portanto, o mito que é apresentado tem por base a caridade, sem contrapartida, mas a realidade é outra. Não é caridade, não é assistencialismo, é dignidade...

O Sr. **André Rijo** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — ... reconhecer a cada cidadão residente em Portugal o direito a um nível mínimo de subsistência, desde que se encontre numa situação de exclusão social e esteja ativamente disponível para seguir um caminho de inserção social. Se esta prestação não existisse, a distância média para a linha da pobreza alargar-se-ia 22 %, aumentando assim a intensidade da pobreza.

Serge Paugam tem referido, nos seus ensaios sobre desqualificação social, que nas sociedades modernas a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais; corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade dos que a experimentam. Não é mais nem menos do que isto que o Chega quer agravar e não é mais nem menos do que isto que o PS continuará a trabalhar para evitar.

Foi pela mão do PS que foi criada e aperfeiçoada a grande maioria das prestações sociais, porque sabemos que estas são um objeto fundamental na salvaguarda dos direitos humanos, contribuem para uma maior igualdade económica e social, combatem a exclusão e, desse modo, reforçam a capacidade dos mais vulneráveis a participar ativamente em questões sociais e contribui para proteger a dignidade e reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade.

Fizemo-lo quando os números do RSI diminuíram, alavancados pelo aumento do emprego, pelo aumento significativo, desde 2015, do salário mínimo, e é por isso que as prestações sociais e a ação social não se avaliam isoladamente.

São políticas públicas como o aumento do salário mínimo, a expansão do complemento da prestação para a inclusão, o aumento do abono de família, a criação da garantia para a infância, a prestação social para a inclusão, a prestação por dependência ou até a medida da gratuidade das creches que permitiu trazer mais igualdade de oportunidades. Se pensarmos nisto, cai novamente o mito do Chega, porque no final de 2023 seria preciso recuar 17 anos — 17 anos! — para ver um número tão reduzido de beneficiários do RSI.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — No mundo real, que não é espelhado no admirável mundo novo que nos querem fazer crer, sabemos que há mesmo quem tenha de subir todas as escadas sem corrimão para sair de uma situação de pobreza extrema. Aliás, isso é o que nos diz a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), que demora gerações a quebrar os ciclos de pobreza numa espécie de elevador social estragado.

Sim, Srs. Deputados da Iniciativa Liberal, a meritocracia não é tudo, porque há pessoas que realmente não partem das mesmas circunstâncias, e este é o elevador estragado que o Chega, com estes projetos que hoje aqui apresenta, quer manter.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Quem é que estragou o elevador?!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Não há registo de pedidos de esclarecimento. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do Partido Social Democrata, para uma intervenção.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal é uma república soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Como refere Jorge Miranda, os limites e os fundamentos da ação do Estado fixam-se na dignidade humana e na vontade popular, dignidade humana que não difere de raça, cor de pele, género, nacionais ou estrangeiros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — A dignidade humana é um *prius*. A vontade popular, muitos esquecem-se, mas está-lhe subordinada. O princípio da dignidade da pessoa humana é a referência axial de todos os direitos fundamentais. Os direitos, liberdades e garantias pessoais, os direitos económicos, sociais e culturais comuns têm a sua fonte ética na dignidade da pessoa, de todas as pessoas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — E porque se trata de pessoas, o PSD vê o tema da imigração sob dois prismas: o do pragmatismo e o do humanismo. Pragmatismo, porque Portugal precisa de recursos humanos em quase todas as áreas de atividade, necessitando de mão de obra imigrante. Humanismo porque, sendo nós um País de emigrantes, temos a obrigação, não renegando a história, de saber receber, acolher e dar condições a quem nos procura para melhorar as suas condições de vida.

É preciso regular a imigração? É, obviamente que é. É necessário, porque a regulação permite, antes do mais, dar dignidade àqueles que procuram conforto e melhores condições de vida no nosso País. O Plano de Ação para as Migrações, apresentado pelo Governo no passado dia 3 de junho, promove essa dignidade.

Os projetos de lei apresentados não visam regulamentar nem regular a imigração para dar essa dignidade necessária à pessoa humana, visam antes condicionar e dificultar a residência de estrangeiros em Portugal. Com todo o respeito, há neles alguns aspetos de duvidosa constitucionalidade, já que poderão violar o artigo 15.º da Constituição da República Portuguesa.

Na verdade, este artigo expressa que os estrangeiros, apátridas e cidadãos europeus que se encontram a residir em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — As qualidades de cidadão estrangeiro ou apátrida não devem relevar para a conformação legislativa dos respetivos direitos, conforme se pronunciou o Tribunal Constitucional.

Então, pergunto: como conformar estes princípios com o alegado direito à habitação, que mais não é do que criar regras mais rígidas à obtenção de atestados de residência?

Como conformar os princípios legais atribuídos às freguesias e plasmados em lei própria, quando se pretende que estas façam o papel do extinto SEF para o qual não têm competências nem atribuições?

Como conformar estes princípios, reduzindo a atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar pelo único motivo de se ser estrangeiro a residir em Portugal?

Gostaríamos também de perceber quais as medidas a implementar e em que se concretiza a desburocratização dos regimes e programas de apoio voluntário de imigrantes, sendo certo que propor um «programa de candidatura simplificado e célere» mais parece um chavão do que uma concretização.

Como conformar o sistema de aplicação direta da sanção acessória de expulsão com n.º 4 do artigo 30.º da Constituição da República Portuguesa, segundo o qual nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos?

Como podem estas alterações propostas atender aos princípios da culpa, da necessidade, da jurisdicionalidade, princípios esses que, de todo em todo, não podem ser afastados de uma Constituição que tem como um dos elementos referentes imediatos — mais uma vez digo — a dignidade da pessoa humana.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento-os.

A Iniciativa Liberal tem defendido que o País tem de garantir, sim, dignidade a quem procura uma vida melhor, mas também tem de cumprir as regras existentes, e hoje o Estado não o está a fazer. Falta

organização, falta integração e falta também fiscalização, sendo esta uma pesada herança que o novo Governo e o novo Parlamento recebem do Partido Socialista.

Dou um exemplo: há regras nacionais e europeias que exigem que os migrantes, para serem aceites no espaço Schengen, tenham de provar ter meios de subsistência, e hoje essa verificação praticamente não é feita em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não existe!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tivemos zero casos, em 2022, e cinco casos, em 2023, de entradas negadas devido a esta regra.

Isso acontece também, em parte, devido à extinção errada do SEF, executada pelo Partido Socialista, SEF esse que, aliás, em 2017 e também em 2019, alertou para os erros das alterações legislativas que o Partido Socialista então estava a realizar e que, de resto, criou um regime de alto incentivo à imigração ilegal.

Outro problema deixado pelo Partido Socialista foi o do atraso crónico nos sistemas informáticos e na base de dados.

Vou dar dois exemplos muito concretos. O primeiro relativamente ao SAPA (Sistema Automático de Pré-Agendamento), que tinha muitos problemas, nomeadamente um que me parece bastante grave no âmbito europeu, porque nem sequer fazia a integração com o SIS II (Sistema de Informação de Schengen de segunda geração) e, por isso, se um determinado país da União Europeia dissesse «este indivíduo não deve entrar no espaço Schengen», nós não estávamos a receber essa informação cá. O outro exemplo é que a lista de empresas referenciadas — que são empresas suspeitas de realizar contratos de trabalho falsos — deixou de ser alimentada com esta mudança para a AIMA.

Por isso, a Iniciativa Liberal defendeu no seu programa eleitoral — e apoiámos também este plano do Governo — que se deve, o mais rapidamente possível, investir e atualizar esses sistemas; que devemos terminar com o regime das manifestações de interesse, que tanto incentivou à imigração ilegal; que devemos basear as autorizações de residência em vistos de procura de trabalho, sim, ou em contratos de trabalho; e que devemos, obviamente, reforçar os meios da AIMA e criar uma estrutura de missão para os processos pendentes, dando também mais meios aos postos consulares, que serão essenciais nesta organização, porque a imigração desorganizada é o maior obstáculo à própria integração dos imigrantes, quer pela dificuldade na sua regularização, quer pelo aumento da discriminação.

Assim, para concluir, a Iniciativa Liberal assume que temos de reformar a nossa gestão de fronteiras, temos de garantir que quem vem cumpre as obrigações, mas, por outro lado, o Estado, como pessoa de boa-fé, também tem de cumprir as regras com que se comprometeu perante tantas pessoas que procuram uma vida melhor no nosso País.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final deste debate, deixo apenas duas notas. Primeiro, é falso, é incorreto, é de má-fé associar a migração à criminalidade — como é demonstrado, aliás, pelos dados públicos e científicos conhecidos sobre esta matéria. Quem o faz só tem um único objetivo: estigmatizar, não integrar, fechar Portugal ao mundo, recuando-o para tempos de má memória e restringir a imigração legal.

Ora, Portugal sempre recebeu com humanidade, e é importante que continuemos neste registo.

Amanhã é o Dia Mundial do Refugiado, que sempre celebrámos com o humanismo e o bom acolhimento que nos caracteriza.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não confundamos refugiados com imigrantes!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Espero que o continuemos a fazer.

Segunda nota, o nosso País não tem um problema de imigração. Quando muito, tem um problema de autorização célere de vistos para fazer face às necessidades do mercado de trabalho.

A manifestação de interesse era um mecanismo extraordinário, criado para facilitar o acolhimento de imigrantes e os reagrupamentos familiares, que permitia, por um lado, regularizar e, por outro, também proteger.

O Governo terminou com a manifestação de interesse. Mas é uma ilusão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pensar que a solução que apresentam vai resolver o problema. Não vai!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é porque não querem!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Os consulados não têm recursos humanos para responder às necessidades existentes. Só no setor do turismo, precisamos de 40 000 trabalhadores.

Pode até ter o efeito contrário e perverso de enviar as pessoas para a clandestinidade e para o tráfico de seres humanos, que queremos combater.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque eles agora estão bem! Agora estão muito bem!...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Por isso, Sr. Deputado — oiça! —, o Partido Socialista está disposto a fazer, neste Plenário, a discussão de todos os diplomas, de uma forma séria e tranquila.

É aqui que se devem discutir as matérias de direitos humanos, antes de qualquer diploma ser aprovado. Sempre contra a política do medo. Repito: sempre contra a política do medo, sempre pela política da verdade, da integração, do humanismo, a lutar por um espaço onde o outro tenha um lugar de dignidade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uma bandalheira!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — As políticas da mentira não passarão, porque Portugal é um país de tradição humanista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Caos é a palavra que define a política de imigração durante os oito anos de governação do Partido Socialista.

O Partido Socialista promoveu o caos na política de imigração porque, numa altura em que os fluxos migratórios se transformavam e intensificavam, resolveu extinguir aquela que era uma das organizações consideradas mais eficazes a nível europeu para lidar com as migrações.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais eficaz do ponto de vista do rigor e da fiscalização, mas também mais eficaz do ponto de vista da integração: o SEF. E fê-lo com dois anos de período de indefinição. Decidiu extinguir, não extinguiu, protelou, não criou alternativa, e assim promoveu o caos.

Por outro lado, com este caos gerou também outro caos na vida dos imigrantes. Nunca como hoje os imigrantes em Portugal estiveram em tão má situação social.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E isto é preciso dizer na cara dos Srs. Deputados do Partido Socialista! Nunca os imigrantes foram tão maltratados, em Portugal, como durante a vossa governação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, os senhores não fizeram uma política humanista, os senhores fizeram uma política egoísta. Ou seja, os senhores aproveitaram-se dos imigrantes para aquilo em que era importante ter imigrantes, sem qualquer preocupação com as condições de vida desses mesmos imigrantes em Portugal.

Ao mesmo tempo, geraram na sociedade outro caos: o caos no debate sobre a imigração. E não é só no debate político. Já sabemos que no debate político os senhores promovem o extremismo porque vos dá jeito — ou melhor, achavam que vos dava jeito, já que os resultados eleitorais não têm confirmado essa teoria. Mas, dizia, este caos gerou-se também no debate social. As pessoas passaram a ter uma visão negativa da imigração, exatamente porque o Partido Socialista foi incapaz de promover duas coisas que qualquer governação responsável tem de promover: por um lado, nenhum país com fronteiras — ainda por cima com fronteiras externas da União Europeia — pode ter a irresponsabilidade que os senhores promoveram de não fiscalizar a entrada, e depois não fiscalizar a permanência.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, não interessava como se entrava em Portugal, nem interessava se cá se estava ilegalmente. Os senhores permitiam tudo! Permitiam que cá estivesse toda a gente, sem regra e sem fiscalização, e isso é inaceitável.

Por outro lado, promoveram, por exemplo... Eu acho engraçado, porque depois vem o PCP e o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda principalmente, dizer que nos centros das cidades não pode haver alojamento local porque isso é mau. Mas se nas mesmas casas houver 10, 20, 30 migrantes, aí já não há problema nenhum.

Vozes do CDS-PP e do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só há problema se for alojamento local porque, se estiverem lá pessoas que são exploradas, que estão ao serviço de redes internacionais de tráfico, para isso já pode ser no centro das cidades, já não há problema nenhum.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, este Governo promoveu o fim da manifestação de interesse, para que volte a haver rigor, e vai promover a fiscalização, para que não continue a haver 20 pessoas a viver nas mesmas casas ou 30 a trabalhar na mesma barbearia, porque isso é uma política totalmente irresponsável.

A irresponsabilidade não continuará, o rigor virá. E, sinceramente, é preciso que este Parlamento saiba debater o que é essencial na política de imigração: essa capacidade de conseguir recuperar o rigor sem perder a humanização, que o Partido Socialista também nunca conseguiu promover.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vão ser as barbearias todas a fechar!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É meter 30 paquistaneses em cada AL! Isso é que é bom!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi comer ao paquistanês e não gostou! Veio irritado!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 2 minutos e 11 segundos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias:...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A sério?! A sério?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma falta de respeito!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... Quando falamos de imigração, de emigração ou, na verdade, de migração, não nos podemos esquecer de que estamos a falar de dignidade, de direitos humanos, da procura de uma vida melhor e de segurança, estamos a falar de pessoas — exatamente o contrário da tónica do proponente deste debate.

O Livre defende a livre circulação de pessoas na Europa e no mundo, rejeita a ideia de uma «Europa fortaleza», rejeita o novo Pacto sobre Migração e Asilo e está contra a tentativa forçada, que é do que se está aqui a falar, de criação de um «Portugal fortaleza», onde apenas algumas pessoas, aquelas que são mais ricas, têm acesso a processos seguros de viagem e de regularização.

Sabemos que os fluxos migratórios são determinantes para os países, para o seu progresso cultural, social e também económico. E Portugal tem uma longa tradição de emigração e de imigração, pelo que o Livre trabalhará sempre para que todas as pessoas, quer as portuguesas, no estrangeiro, quer as estrangeiras, em Portugal, sejam dignamente recebidas, apoiadas e vejam os seus direitos reconhecidos.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Esse é o princípio da liberdade de circulação de pessoas, e estaremos cá para o honrar.

E é, no entanto, inegável que vivenciamos uma crise administrativa e de meios nos mecanismos e instituições nacionais com competências nesta matéria, crise esta instalada por sucessivas más decisões políticas que levam, e que levaram, à degradação dos serviços e condições de trabalho, que ignoraram as reivindicações e necessidades dos trabalhadores dessas instituições e das pessoas migrantes.

O processo de extinção do SEF, e a conseqüente criação da AIMA, foi feito de forma irresponsável e os milhares de processos de regularização pendentes são fruto dessa má gestão, dessa má preparação e da má transição.

Lamentavelmente, a solução também não é a que o Governo apresenta no seu Plano de Ação para as Migrações, que se escuda numa alegada integração humanista, que funciona, mas que tem uma visão securitária reforçada,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... ao voltar a criar uma Unidade de Estrangeiros e Fronteiras na PSP (Polícia de Segurança Pública), por exemplo, ou que pretende fazer um levantamento das necessidades laborais de recrutamento de trabalhadores estrangeiros para escolher quem quer regularizar,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... o que nada mais faz do que aumentar a exploração, as redes e os circuitos ilegais de imigração.

As pessoas não são um problema, a sua imigração não é um problema, a simplificação dos processos de legalização de estrangeiros — como a redução do tempo de organização de um processo de retorno voluntário ou a autorização via manifestação de interesses — não é um problema. O problema é, sim,...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Vou mesmo terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, o problema é, sim, a desumanização dos processos migratórios, o discurso que quer pôr portugueses contra estrangeiros e, até, estrangeiros contra estrangeiros; o problema é falar em números e não em pessoas. O verdadeiro problema são as consequências desproporcionais que estas propostas terão para as pessoas migrantes, em particular para aquelas que são mais vulneráveis. São injustas, desumanas, oportunistas — aliás, como este debate que foi marcado.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não tem pedidos de esclarecimento, pelo que vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A imigração é um tema que está na ordem do dia em todos os países da Europa. Portugal não pode ser exceção.

Não podemos passar ao lado daquela que é a discussão mais premente de ser tida nas nossas sociedades, pois as questões demográficas sempre definiram a nossa continuidade enquanto povos, enquanto países e, em última análise, enquanto civilização. E o Chega foi o único partido que desde a sua fundação sempre falou da imigração.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Queremos uma imigração que traga trabalhadores dedicados, dispostos a contribuir para o desenvolvimento do nosso País, e não aqueles que vêm apenas em busca de benefícios, sem qualquer intenção de trabalhar ou de se integrarem na nossa sociedade.

A história dos nossos emigrantes serve-nos de exemplo. Quando muitos portugueses foram forçados a deixar a sua terra natal à procura de melhores condições de vida, partiram para países como a França, Luxemburgo ou Suíça,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eram todos perfeitos!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... enfrentando inúmeras dificuldades, viveram em bairros de lata e sujeitaram-se a duras condições laborais — algo que, possivelmente, nenhum Deputado desta Casa pode sequer imaginar. Assim, com muito esforço e trabalho árduo, honraram a nossa história, honraram a nossa pátria.

Os nossos emigrantes nunca se esqueceram de onde vinham e sempre trabalharam para elevar o nome de Portugal no estrangeiro. Esta é a nossa diferença: nunca estendemos a mão à procura do dinheiro dos outros; ao invés disso, dissemos: «Estou pronto para trabalhar.» E, com sangue e suor,...

Aplausos do CH.

... trabalharam para colocar comida na mesa e conseguir melhores condições de vida.

É bonito de se ver como, em qualquer canto do mundo onde encontramos portugueses, encontramos também um exemplo de dedicação, de respeito pelos costumes e culturas locais. Nunca quisemos impor a nossa cultura, mas sim integrarmo-nos e contribuir para as comunidades que nos acolheram. Este é o verdadeiro espírito português, de respeito e de trabalho árduo, que gostaríamos de ver refletido naqueles que escolheram Portugal como seu novo lar, mas que pouco vemos.

O Chega nunca foi contra a imigração, mas seremos sempre contra uma imigração descontrolada e sem critérios, que o PS inaugurou e que o PSD parece querer continuar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Assim, questiono todos os Srs. Deputados: se não temos nada para dar aos antigos combatentes, que hoje têm pensões de miséria; se não temos nada para dar aos professores, que ensinam as nossas crianças,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... ficando muitos colocados a centenas de quilómetros das suas casas; se não temos nada para dar aos enfermeiros e médicos, que estão sem condições; se não temos nada para dar às nossas Forças Armadas e de segurança; se não temos nada para dar a ninguém, por que raio temos de dar tudo àqueles que nunca trabalharam por este País e que nem um «obrigado» sabem dizer?

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, dizer isto não é ser extremista, dizer isto não é ser xenófobo. Dizer isto é atender à mais básica necessidade que todos os portugueses veem nas ruas, mas que esta Casa teima em não querer discutir, teima em ocultar, teimando, assim, em passar um atestado de estupidez ao povo português, que tudo vê, mas não compreende porque é que este tema não é debatido na Assembleia da República.

Aplausos do CH.

Portugueses, se não formos nós, então quem é que se levantará para proteger a nossa amada Nação? Serão aqueles que não percebem nada da língua de Camões ou serão aqueles que amam a nossa pátria e que não a querem ver esquecida?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A última vez que falámos de Camões ficaram chateados!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Da minha parte, e da parte desta bancada, posso assegurar uma coisa: nunca abandonaremos Portugal e tudo faremos para dignificar e honrar o nosso País.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

Tem 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, o agendamento dos temas para a reunião plenária de hoje vem demonstrar, uma vez mais, que o Chega continua a sua guerra sem quartel na tentativa de fraturar a sociedade portuguesa.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Isso foi o que os senhores fizeram!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Na visão de quem nos quer colocar uns contra os outros, de quem se atreveu a qualificar os portugueses como portugueses de bem e os outros, essa guerra sem quartel tem hoje mais um episódio: por um lado, a amplificação de uma agenda para criar dificuldades adicionais na legislação nacional à entrada de imigrantes que vêm à procura de melhores condições de vida, e, por outro, a afirmação de uma agenda que visa flexibilizar e aligeirar os processos de saída dos migrantes.

Ora, a dignidade da pessoa humana é um valor universal e inalienável em qualquer sociedade democrática que se preze. Para o Partido Socialista, ontem, hoje e sempre, esta é a nossa guerra sem quartel.

Jamais abdicaremos de lutar e de trabalhar todos os dias para construir uma sociedade decente para todos, todos, todos.

Aplausos do PS.

Se me permitem, o Chega devia recordar-se mais frequentemente das palavras do Papa Francisco, aqui bem perto.

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha quem!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e contraprotestos da Deputado do CH Rita Matias.

O Sr. **André Rijo** (PS): — É que, efetivamente, só é lícito a um ser humano olhar para outro de cima para baixo se for para o ajudar a levantar-se, e não para o empurrar, expulsando-o, sem apelo nem agravo, do nosso País.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, gostaria de fazer uma pergunta sobre o Projeto de Lei n.º164/XVI/1.^a, do Chega. Este projeto de lei prevê que o Estado não disponha da faculdade, mas antes da obrigatoriedade, de apoiar o regresso voluntário dos imigrantes. Por outras palavras, quer transformar aquilo que, por inerência, é voluntário em obrigatório. E quer fazê-lo através da instituição de um processo de candidatura simplificado e célere — ou seja, dois conceitos vagos e indeterminados, que não são explicados cabalmente no projeto de lei.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Deputado, em que consiste essa simplificação processual e essa celeridade processual?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, termino só com uma nota pessoal, para dizer o seguinte:...

O Sr. **Presidente:** — Mas é a pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **André Rijo** (PS): — ...sou sócio, torço e sofro por um clube de futebol — e penso que não sou o único —...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é!

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... que se honra de ter na sua gloriosa história nomes incontornáveis do futebol, como Eusébio e Coluna.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, muito bem, mas tem de terminar.

O Sr. **André Rijo** (PS): — E, atualmente, este clube tem nas suas fileiras jogadores internacionais,...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Não, não, Sr. Deputado. Tem de concluir.

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... como Di María e Otamendi.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado...

O Sr. **André Rijo** (PS): — Portanto,...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado...!

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... somos a favor de um País moderno e cosmopolita.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que é da mais elementar educação respeitar aquilo que o Presidente estava a dizer a partir do momento em que já ia em 45 ou 40 segundos de tolerância.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda por cima para falar de futebol!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E para falar do Benfica!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, não foi por um capricho meu, foi por ultrapassar o seu tempo de intervenção.

O Sr. Deputado fez a pergunta e concluiu, e depois continuou, com uma consideração pessoal.

Peço que facilitem o trabalho da Mesa. A tolerância é igual para todos. Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, tem a palavra para responder, se faz favor.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Rijo, começo por lhe responder à questão do Eusébio. É que, caso o Sr. Deputado não se lembre, o Eusébio quando nasceu, nasceu em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Alcindo Monteiro também!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Mas o que podemos ver, por esta intervenção do Sr. Deputado, é que, no fundo, o PS continua sem assumir a sua responsabilidade...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... no caos em que está neste momento a imigração em Portugal. Falam, falam, falam, medidas, não as apresentam,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... tornaram a imigração um caos completo e, quando se tenta apresentar soluções, dizem: «ai meu Deus, não pode ser, são xenófobos, são racistas», mas soluções nunca há.

Posso também dizer, Sr. Deputado, que esta bancada vai sempre defender, em primeiro lugar, os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Os de bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sempre!

Obviamente que nada temos contra os imigrantes que vêm para cá trabalhar, serão bem-vindos, mas os portugueses estarão sempre em primeiro lugar.

Aplausos do CH.

Quanto à questão de que falou relativa à nossa proposta com vista a facilitar o regresso a Portugal dos nossos emigrantes, a questão é que neste momento o processo demora, por vezes, cerca de quatro meses a transitar até eles poderem realmente vir para Portugal.

Quatro meses para poderem voltar para Portugal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ao País deles!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Quatro meses para voltarem ao País deles. E o que nós queremos, no fundo, é regularizar isso, acelerar essa proposta,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... de maneira a facilitar esse regresso, dando as condições para poderem regressar mais rápido e não ficarem, por vezes, a viver na rua, sem qualquer condição, enquanto não fica resolvido esse problema.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Lembro aos Srs. Deputados que estão a decorrer as eleições. Se alguém ainda não tiver votado, peço que faça o favor de o fazer, até porque, neste momento, não tenho mais inscrições.

Portanto, não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para encerramento do debate.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, é para uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem então a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente: No rescaldo deste debate e antes do encerramento, queria apenas dar nota do seguinte. Ouvimos muitos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas dizerem que o Chega é o partido que, nesta Casa, quer dizer não aos imigrantes, a olhar de cima para baixo para eles.

Quando defendemos que quem vem para este País e comete nele crimes, sejam de agressões sexuais ou outros, deve ser devolvido ao seu País, enquanto outros defendem que não, quem está a ser inimigo de Portugal não somos nós. É esta Casa que está a ser inimiga de Portugal, ao deixar permanecer criminosos dentro do País.

Aplausos do CH.

Há um ano, o Supremo Tribunal de Justiça anulou a pena de expulsão de Portugal de um violador em série. Este violador atacou várias mulheres em Portugal, em Coimbra, no início de 2022. Várias mulheres e as suas famílias ficaram com as vidas para sempre destruídas, as mesmas mulheres que dizem defender.

Neste momento, o orador exibiu uma notícia.

E este homem, quando acabar a sua presença na prisão portuguesa, continuará a beneficiar do nosso sistema de saúde? Continuará a aceder a uma casa pública? Continuará a beneficiar do nosso sistema social, quando violou mães, mulheres portuguesas? É uma vergonha que este Parlamento o permita! É uma vergonha! É uma vergonha que este Parlamento o permita!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

É uma vergonha que aqueles que dizem defender as mulheres permitam que um violador em série, que um pedófilo continue a viver em Portugal, à conta dos nossos impostos.

Protestos de Deputados do PS.

Mas nós sabemos mais! Há pouco tempo, o País inteiro assistiu a isto.

Neste momento, o orador exibiu uma notícia.

O filho de um dos maiores criminosos do mundo — do mundo! — passeava-se em Alcochete livremente. Este homem, procurado pelo mundo inteiro, andava a passear em Alcochete e a ofender a nossa Guarda Nacional Republicana. Este homem disse ao militar para não lhe fazer frente, ou teria a vida muito dificultada no futuro. Este homem entrou, porque não há controlo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Este homem entrou, porque isto é o descontrolo absoluto. Este homem entrou, porque isto é uma bandalheira. Este homem entrou por vossa culpa. É por isso que ele está aqui e goza connosco.

Aplausos do CH.

Connosco, podem ter a certeza de uma coisa: não haverá humanismo que resista, não haverá política de imigração que resista. Para nós, se o lugar do bandido é na prisão, o lugar do imigrante bandido é de volta para o país dele, que é isso que nós queremos que aconteça em Portugal!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aproximando-se o final deste debate, acho que se pode fazer um bom balanço a partir da última intervenção que ouvimos. Quando falham os argumentos, quando falha a humanidade, quando falha o bom senso, surgem os gritos, surgem as ameaças, surge o cultivar do medo e da tentação de dividir o que não deve ser objeto de divisão.

Aplausos do PS e do Deputado do L Rui Tavares.

Protestos do CH.

Por muito que discordemos — e discordamos de posições que foram expressas nesta Câmara pelo PSD, pelo CDS, com graus de intensidade diferentes, também com graus, enfim, de retórica inflamada maior ou menor —, o que é facto é que apenas discordamos quanto a pontos sobre como resolver problemas com os quais o País se debate.

Concordamos, no entanto, todos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, mesmo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... até este limite, com um aspeto: em primeiro lugar, deve estar a proteção de todas as pessoas que connosco partilham o seu destino e que connosco querem construir a nossa comunidade, atendendo, evidentemente, à pressão que pode ser causada nos serviços públicos...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... e não desacomodando, evidentemente, as necessidades que em cada momento enfrentam.

Este é um elemento que acho que devíamos retirar deste debate, como lição para futuros debates sobre esta temática. Aquilo que une esta Câmara é muito mais do que aquilo que a separa, com exceção daquele partido que tenta cavalgar, criar divisões artificiais, dividir as pessoas, que deve ficar de fora do consenso que o Parlamento deve tentar construir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O PS é que deve ficar de fora!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não nos enganemos por isso. Podemos ter políticas públicas diferentes, mas, no essencial, o arco da humanidade, nesta Câmara, felizmente, tem ainda uma extensão bastante alargada.

Aplausos de Deputados do PS.

E, por isso, acho que podemos falar, sem qualquer sobrançeria, na perspetiva dos interessados na resolução dos problemas.

O Sr. Deputado António Rodrigues — há instantes já tive a oportunidade de lhe colocar um conjunto de questões — aponta para a identidade de pontos em que partilhamos do diagnóstico. Aqui, talvez tenhamos um primeiro ponto de divergência, porque há esta ideia que se tentou cultivar — talvez quando se está na oposição se faça isso com outro grau de intensidade — de que há uma situação nas migrações em Portugal causada intencionalmente, um caos provocado pelo Partido Socialista, que, durante anos, descuroou políticas públicas nesta área.

Esta é uma avaliação que não só é injusta, como também não passa o teste da realidade. Toda a Europa enfrenta questões relativas às migrações. Toda a Europa, enquanto polo de crescimento económico e de prosperidade, é um destino, é procurada por muitas pessoas que tentam construir uma vida melhor, por muitas pessoas que tentam encontrar um destino melhor para as gerações que se seguem e que aqui procuram uma resposta, aqui procuram uma solução para os seus problemas.

Por nos encontrarmos num espaço de fronteiras abertas como o é a União Europeia, muitas das entradas em território nacional, aliás, mais de metade delas, fazem-se através da fronteira terrestre. Portanto, a questão que muitas vezes se coloca — de que se abriram as fronteiras de forma desequilibrada através de políticas públicas nacionais — ignora por completo o facto de a nossa integração no espaço europeu necessariamente trazer hoje, como consequência, maior facilidade de chegada a território nacional por quem procura aqui construir uma vida nova.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da Ásia! Do Paquistão, do Bangladesh...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Evidentemente, as nossas políticas públicas também fazem a diferença.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A extinção do SEF!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E a manifestação de interesse — figura discutida hoje, durante este debate — não caiu do céu aos trambolhões. Ela nasce de uma necessidade, nasce da realidade, da

incapacidade, por pressão, de os consulados portugueses darem uma resposta adequada, que, depois, no final da linha, permitiria a integração e a criação de condições para acolhimento, para regularização das situações de pessoas que aqui trabalham, que aqui descontam, que aqui constroem as suas vidas e ajudam. Não é daqueles que vêm viver à conta dos portugueses, mas daqueles que permitem que os portugueses tenham rendimento na sua segurança social para suportar políticas públicas, para ter a escola pública a funcionar, para ter os hospitais abertos, para ter as escolas e os tribunais a funcionar. Eles contribuem para o nosso dia a dia, para o nosso quotidiano e para o nosso bem-estar. Evidentemente é esta a razão para esta política pública.

A construção de uma agência como a AIMA também tinha um desiderato, que era partilhado por muitos nesta Câmara e penso que ainda continua a ser, que é o de separar as funções policiais das funções de acolhimento de cidadãos que connosco querem construir a sua vida. Objetivamente, ninguém tem de se dirigir a uma esquadra de polícia para tratar de aspetos relativos ao seu documento de identificação.

É esse o espírito que presidiu à construção da AIMA. É esse o espírito que presidiu ao processo difícil e traumático — é verdade! — de construção de estatutos profissionais complexos, que a pandemia e as dificuldades na aprovação da legislação atrasou, e ao qual se somou um acumulado de processos que já estavam pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Muitos daqueles que hoje se sentam nesta Câmara, e se sentam nesta Câmara há muitos anos, bem sabem que ele próprio já estava em crise,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não estava nada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A crise começa depois!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... ele próprio já não tinha capacidade de resposta e, conseqüentemente, transferiu essa dificuldade também para a AIMA.

Mas não queremos escamotear a realidade dos factos. Há, efetivamente, problemas que carecem de resposta e as respostas serão tanto melhores quanto forem consensualmente construídas nesta Câmara e enquanto continuarem a assentar num debate não manipulado e não distorcido pelo medo, pela intimidação, pela ideia de que os outros é que estão a mais no nosso País.

A demografia é muito clara: Portugal é um país envelhecido, é o segundo país da União Europeia com a maior percentagem de população com mais de 65 anos. É um país que entre 2008 e 2018 tinha um saldo migratório negativo. É um país que tinha quebras de natalidade. E quando é que se inverteu este saldo? Foi precisamente quando houve o reconhecimento que é através daqueles que connosco constroem o nosso rumo que se conseguem melhorar esses indicadores e aumentar a capacidade de resposta. Mesmo em relação a estas comunidades, aquilo que verificamos é que elas são contribuintes líquidos, como já foi sublinhado várias vezes ao longo deste debate.

E, portanto, saudámos o abandono de ideias radicais como as cotas de entrada, que muito provavelmente estão à beira de construir soluções ineficazes para o mercado de trabalho, mas também temos de reconhecer que aquilo que o Governo apresentou ainda não é suficiente para alguns dos problemas que temos, designadamente no que respeita ao mercado de trabalho e no que respeita, também, a um maior envolvimento na forma como os canais de migração regular, legal, devem ser encaminhados para o nosso País. É este o desafio que todos temos pela frente.

Mas neste quadro — e era isso que queria sublinhar nesta intervenção —, olhamos para uma medida que foi aprovada pelo Governo com alguma preocupação, como já dei nota anteriormente: a revogação imediata, pura e simples, da manifestação de interesse, sem a sua substituição por um outro regime.

É por isso que o Partido Socialista vai apresentar, ainda hoje, um pedido de apreciação parlamentar do decreto-lei que procedeu à revogação daquelas normas.

Aplausos do PS.

Não o fazemos com o intuito de o repor em vigor exatamente nos mesmos termos, pois também reconhecemos que é necessária estabilidade, e estar sistematicamente a ligar e a desligar os botões da

atividade legislativa não é benéfico, mas o que se impõe é uma reflexão alargada nesta Câmara sobre como garantir um regime transitório...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... para aquelas pessoas que têm 11 meses e meio de descontos para a segurança social e que, de um dia para o outro, ficaram sem capacidade de resposta e de regularização.

Aplausos de Deputados do PS.

É precisamente para também evitar...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Deputado João Almeida, não se exalte, não estamos uns contra os outros. Não temos de estar zangados a tentar resolver os problemas.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Podemos, com serenidade e com tranquilidade, reconhecer, sim, que se deve evitar que a lei nacional funcione como um efeito de chamada. Mas, para isso, revogar pura e simplesmente o regime, como os senhores fizeram, não se nos afigura adequado.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Isso só vai alimentar o aumento de capacidade das redes de migração ilegal, para terem nas suas mãos os imigrantes sem lhes dar proteção. Não nos exaltemos, construamos soluções em conjunto,...

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

... ouvindo-nos uns aos outros, mais do que ficarmos emocionados com um debate que não deve ter emoção, mas que deve ter racionalidade.

Aplausos do PS.

Há instantes, neste debate, foi sublinhado, como se fosse escandaloso, que não devemos, em momento algum, comparar os emigrantes portugueses que foram para o exterior com aqueles que connosco vêm viver. Isto foi dito por um partido que, aliás, também disse, da sua bancada, que vai sempre defender primeiro os portugueses. Só não os defendia quando pedia a expulsão de Deputados portugueses desta Câmara, numa manifestação daquilo ao que vinha. Portanto, esqueceu-se que os portugueses todos começavam, precisamente, por aqueles que estavam na Câmara.

Aplausos do PS e do L.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Mas, em qualquer caso, perante o desafio de não compararmos os portugueses que emigraram com aqueles que connosco vêm partilhar a nossa vida, é claro que os devemos comparar. É nosso dever comparar e é nosso dever reconhecer, precisamente, que enfrentam os mesmos desafios que os portugueses enfrentavam.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deviam ter vergonha!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Isto porque quem imigra para Portugal foge da miséria e da pobreza, como os portugueses fugiam nos anos 60. Quem imigra para Portugal foge da guerra, como os portugueses que emigravam para a França fugiam.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Quem vem morar para Portugal, uma vez que cá chega, enfrenta as mesmas dificuldades no acesso à habitação que os portugueses enfrentavam em França, quando eram remetidos para as *bidonvilles*, nas periferias das cidades francesas. Os portugueses enfrentavam a mesma desconsideração profissional, o mesmo escárnio — por serem estrangeiros em França ou noutros países europeus — que hoje muitos migrantes enfrentam entre nós. Eram colocados na mesma situação e no mesmo patamar, de serem cidadãos de segunda. Eram sujeitos ao mesmo tipo de discurso da Frente Nacional que hoje é replicado aqui, nesta Câmara, pelos seus parceiros, que são os do Chega.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

Por essa mesma razão, os portugueses, se refletirem — aqueles que têm familiares mundo fora, e acho que todos na Câmara teremos um familiar no Luxemburgo, em França, na Bélgica, na Alemanha, na Venezuela, na África do Sul —, se perguntarem aos seus familiares, eles reproduzirão exatamente aquilo que um imigrante em Portugal sofre quando é confrontado, discriminado num serviço público ou remetido para o fim da fila porque, de alguma maneira, não estará à altura.

Concluo recordando uma outra descendente portuguesa de judeus sefarditas, Emma Lazarus, que nasceu nos Estados Unidos, descendente de uma comunidade expulsa de Portugal, que é autora de uma peça notável de poesia, *O Novo Colosso*, que é um tributo à Estátua da Liberdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E na base da Estátua da Liberdade está precisamente uma estrofe dessa descendente portuguesa, Emma Lazarus, que apela a que, em cada momento, cada país tenha a capacidade de abrir os braços aos cansados, aos pobres, às massas expulsas e àqueles que anseiam ser livres.

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E quem anseia ser livre, seguramente, tem de ter espaço na República Portuguesa e aqui terá de ser bem acolhido.

Aplausos do PS e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Almeida. Tenho a indicação de que há uma cedência de 1 minuto do Partido Social Democrata para o CDS-PP, sendo que o Partido Socialista não tem tempo, Sr. Deputado, para responder ao pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se o Sr. Presidente permitir, do tempo que o PSD nos deu, nós damos metade ao Partido Socialista, para nos poder responder. Se não chegar, certamente que outro partido de esquerda dará ao Partido Socialista o restante tempo para que possa responder.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é obviamente impossível, penso eu, a gestão do tempo — a não ser que seja uma pergunta *flash* para um esclarecimento *flash*.

Portanto, o CDS-PP ficou com 35 segundos para fazer o pedido de esclarecimento. Se disponibilizar metade desse tempo ao Partido Socialista, fica com 12 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não dá!

O Sr. **Presidente**: — Não dá, não é? Como não dá, ou faz o pedido de esclarecimento e não fica esclarecido, ou, então, passamos para o...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não há semáforo que aguento isto!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa foi informada de que fará o pedido de esclarecimento, dispondo, então, rigorosamente, de 35 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, obviamente que respeito o facto de não poder responder — responderá numa próxima oportunidade —, mas tenho para fazer uma pergunta muito concreta sobre uma questão muito importante que levantou e que tem a ver com a revogação do regime da manifestação de interesse.

Não foi por acaso que esse regime foi revogado imediatamente após ter sido anunciado, no dia seguinte. Conhecendo a política de migrações, sabe perfeitamente que, se houver um período transitório, como defende, e se promover um efeito de chamada, isso é a maior chamada às redes de tráfico para que possam legalizar tudo aquilo que, de outra maneira, não legalizariam.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É evidente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, portanto, o que é preciso que fique claro neste momento é que o Governo foi responsável e a vossa proposta não o é.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos a chegar ao final de um debate que, durante muito tempo, o País pareceu não querer fazer ou querer esconder.

Não vale a pena termos medo das palavras: Portugal tem um problema sério no acolhimento de imigrantes. Portugal não tem sido capaz de acolher com dignidade muitos daqueles que o procuram e Portugal tem de se preparar para o poder fazer. E tem de se preparar para o poder fazer, porque Portugal precisa desses imigrantes em todos os setores da sua atividade, porque está, efetivamente, com uma demografia envelhecida e porque deve ser um país que sabe acolher e integrar.

Mas neste debate, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos ouvido muitas confusões, de várias bancadas. Ouvi o Partido Socialista confundir migrantes com imigrantes e não é disso que se está a tratar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas os imigrantes não são migrantes também?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouvi a troca de palavras acesa no início do debate entre a extrema-esquerda e a extrema-direita que deu precisamente razão — e com orgulho o digo — às intervenções que foram proferidas pela bancada do Grupo Parlamentar do PSD, com moderação, com bom senso, com vontade de resolver o problema das pessoas, da dignidade da pessoa humana.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas, Sr. Presidente, comecei por dizer isto e quero repeti-lo: esta discussão hoje existe porque há um problema e, se há um problema, também há responsáveis por ele. E o grande responsável pelo problema foi o Partido Socialista e a política de imigração do Partido Socialista nos últimos anos, com o apoio do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Saúdo a intervenção do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, quando anunciou hoje, com pompa e circunstância, a apreciação parlamentar de alguns dos diplomas que o atual Governo resolveu legislar para resolver o problema latente da imigração, porque, diz o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, o Governo se apressou a resolver o problema. Não foi bem com estas palavras, mas, no fundo, a intenção foi dizer, como depois o Deputado João Almeida concretizou, e bem, que o Governo resolveu esta questão de um dia para o outro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O que queria dizer ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves é que, em primeiro lugar, a explicação substantiva, técnica e jurídica foi dada, e bem, pelo Sr. Deputado João Almeida. Isto porque, na verdade, não podíamos permitir que houvesse um hiato temporal entre o anúncio da medida e a medida em si, porque isso era, sobretudo, uma chamada à imigração ilegal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o que quero dizer ao Partido Socialista é que é assim mesmo: anunciamos e decidimos. Não extinguimos o SEF num dia para arranjar uma solução má passados dois anos e meio. Isso é que nós não fazemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este debate, Sr. Presidente, trouxe várias intervenções e diplomas do partido Chega. Quero dizer que me surpreendi, confesso, com algumas das medidas que o Chega aqui trouxe. Creio sinceramente que, com base em negociação, em discussão, na especialidade — e por isso lançámos o desafio para que alguns destes diplomas pudessem descer sem votação à comissão —, poderíamos fazer todos um trabalho apurado de construção de legislação melhor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É aprovar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Confesso até, devo-lhe dizer, Sr. Presidente, que a esmagadora maioria das intervenções do Chega hoje pareceram carregadas de bom senso, até que usou da palavra o Sr. Deputado André Ventura.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Devo dizer ao Sr. Deputado André Ventura e, através de S. Ex.^a o Sr. Presidente da Assembleia da República e das Sr.^{as} e Srs. Deputados, a todo o País: aquilo que nos distingue mesmo, aquilo que nunca podemos jamais admitir, aquilo em que nunca nos podemos rever é numa intervenção de qualquer partido político que, na Assembleia da República, use da palavra para dizer, e vou citar: «Connosco não há humanismo que resista!» Foram estas as palavras do Deputado André Ventura, são estas as palavras com que esta bancada nunca, mas nunca compactuará.

Aplausos do PSD, com Deputados de pé, e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Filipe, para o qual dispõe de 31 segundos — conto com a grande capacidade de síntese e de disciplina do Sr. Deputado.

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados do Chega e do PSD, agradeço que criem as condições para podermos prosseguir. Sr. Deputado António Filipe, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, a questão é muito simples: todos reconhecemos que a situação que se vive neste momento em Portugal relativamente à situação dos imigrantes é uma situação caótica.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah! Belo diagnóstico!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agora, a pergunta que coloco é a seguinte, se o Sr. Deputado João Almeida me deixar: o Sr. Deputado não acha que essa situação resulta do facto de, após a extinção do SEF, não tendo sido criadas estruturas para resolver os problemas de regularização dos imigrantes, se terem colocado 400 000 cidadãos, que entraram em Portugal ao abrigo da lei, numa posição em que não podem regularizar a sua situação? Portanto, o problema não é acabar com as manifestações de interesse, é resolver o problema desses cidadãos, e isso os senhores não estão a fazer.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Hugo Soares, dispõe de 20 segundos para uma resposta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, disponho de 1 minuto e 20 segundos, já que a Iniciativa Liberal, a quem agradeço, acabou de me informar que me cedia 1 minuto.

O Sr. **Presidente:** — Devia informar a Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, agradeço-lhe muito a questão. A resposta é óbvia: é evidente que sim. O Sr. Deputado António Filipe acabou

de dizer aquilo que eu disse também na minha intervenção. A extinção do SEF, sem a preparação de estruturas que pudessem responder ao problema da imigração, foi um erro e essa é uma das causas da situação caótica da imigração em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É por causa disso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado António Filipe disse que a situação da imigração em Portugal era caótica, mas o que distingue o PSD do Partido Comunista Português é que nós entendemos que, quando há caos, é preciso regular, quando há caos, é preciso regulamentar, quando há caos, é preciso resolver o problema, e os senhores achavam que estava tudo bem e continuaram a bater nas costas do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vai usar da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos e 26 segundos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi muito engraçado neste debate ver o Partido Socialista a fingir que não teve responsabilidades durante nove anos. Também achei alguma piada ao PCP a defender as necessidades dos empresários,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qual é a sua dúvida?!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... mas do que gostei mais foi mesmo de ver o Chega a defender as políticas de José Sócrates.

Protestos do CH.

Já tinha havido bastante sintonia entre o Chega e o PS; ainda recentemente, o candidato do Chega apoiou António Costa ao Conselho Europeu.

Protestos do CH.

Temos visto André Ventura de mãos dadas com Pedro Nuno Santos aqui e agora até já vão na mesma lista ao Conselho de Estado — acabei de ir votar, não votei na lista, mas vi lá os nomes lado a lado!

Protestos do CH.

Mas o que achei mais interessante agora nesta última intervenção do Chega, que referiu esta história do violador imigrante, foi que a grande preocupação não era o violador, era o facto de ele ser imigrante. Então e se o violador fosse português?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Castração química!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Repito: e se o violador fosse português?!

Vozes do CH: — Castração química!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas isto vem de um partido...

Protestos do CH.

Isto vem do Chega...

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que criem as condições para o Sr. Deputado poder continuar e peço aos serviços que interrompam a contagem do tempo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, isto vem do Chega, cujos projetos são tão maus, que um até descriminalizava a pedofilia dos 14 aos 18 anos. Foi este partido que propôs isso aqui, nesta Casa, de tão mal que faz os projetos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mentira! É falso!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É falso?! Vai recuperar o projeto.

Protestos do CH.

Queria ainda dar uma nota final, porque também foi engraçado ouvir André Ventura dizer que não compara um português que emigra com alguém que imigra para Portugal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro que não!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Podemos dar um exemplo, que já demos hoje, ou até mais do que um, de alguém que emigrou de forma ilegal, ou mesmo de forma legal. Mas pergunto: como é que, para o Sr. Deputado do Chega, um português que emigra para a França ou um francês que imigra para cá não é a mesma coisa? Como é que não tratamos as pessoas de forma igual?

Digo mais, já que vocês agora querem discriminar por países: e se não fosse de França? Vamos dar um exemplo específico, já que se falou do Eusébio há bocado: e se fosse da Guiné? Quantos de vocês em 2016 celebraram o golo do Éder? Quantos de vocês?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Que disparate!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, não é nenhum disparate, porque vocês têm tido uma política e um discurso de «nem mais um imigrante», simulando, fingindo que não os estão a defender, e depois dizem aqui, com um discurso dissimulado, que não: se vierem trabalhar, vêm por bem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é lamentável!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas o discurso que o Chega tem tido, propositadamente, é o discurso de «nem mais um imigrante».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ilegal! Nem mais um imigrante ilegal!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E com isso acho que este Parlamento, independentemente dos partidos, nunca deve pactuar.

Aplausos da IL e de Deputados do PS e do L.

Protestos do CH e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições para intervenções ou pedidos de esclarecimento, pelo que vamos, então, passar ao encerramento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, que dispõe de 2 minutos. Convém aproveitar bem o tempo, sem grandes interrupções, senão, o tempo esgota-se depressa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chegámos ao final de um importante debate. Certamente, os nossos emigrantes, nos países em que estão agora, que o viram sentiram-se envergonhados com as declarações do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Envergonhou todos os emigrantes portugueses que saíram deste País para ir trabalhar, para ir contribuir para a economia de outros povos europeus, com as suas declarações.

Aplausos do CH.

O Partido Socialista, com a política de portas abertas, deixou o País num caos. Ninguém sabe quantos imigrantes cá estão, ninguém sabe quem são, nem ao que vêm, ninguém sabe nada.

A AIMA, fabricada à pressa pela extrema-esquerda, não funciona. A extinção do SEF foi o maior erro político da extrema-esquerda em Portugal. Milhares estão às portas da AIMA, à espera de serem recebidos. Não podemos continuar a receber imigrantes sem saber o que lhes fazer.

O PS continua a fugir às suas responsabilidades. A ex-Ministra Ana Catarina Mendes já se foi embora para Bruxelas e deixou o País e a imigração no caos que se vê.

Aplausos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Como o Tânger! Ele também foi!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Hoje, este Parlamento tinha de dizer que queremos preservar o nosso País, queremos que não se perca a nossa essência ou a nossa história. Atrás da cortina do racismo, a extrema-esquerda lá se vai alimentando, tipo sanguessuga, a chupar o sangue de pessoas que vieram à procura de uma vida melhor, onde lhes foi prometido tudo para viverem na rua. Os estigmas são criados pela extrema-esquerda.

O PSD tem hoje a possibilidade de viabilizar estes cinco projetos. Ou vota ao lado do Chega, contra esta bandalheira da imigração, ou continuará as políticas do Partido Socialista, como disse o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

Aplausos do CH.

Quando os outros países da Europa apertam as regras da imigração, nós temos de fazer o mesmo, porque, se isso não acontecer, será Portugal a sofrer com esse flagelo. Já foi bom o PSD assumir que existe um problema, mas só palavras não chegam, temos de o resolver.

Srs. Deputados Hugo Soares e Bernardo Blanco, connosco os violadores e os pedófilos só têm um lugar: é na prisão. E se forem estrangeiros, têm de regressar ao seu país de origem.

Aplausos do CH.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que Portugal é e será dos portugueses; Portugal é e será dos patriotas; Portugal é e será dos jovens; Portugal é e será de quem vier por bem; Portugal é e será de quem se quiser integrar na sociedade, na sua cultura e nos seus costumes.

Sim, queremos controlar a imigração, porque não queremos nem mais um imigrante ilegal.
E, sim, queremos fazer Portugal grande outra vez.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços o favor de procederem à verificação de quórum.
Entretanto, o Sr. Secretário tem uma comunicação a fazer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para complementar o expediente com a seguinte informação: o Projeto de Lei n.º 184/XVI/1.^a (BE) — Regula os estabelecimentos de alojamento local, não foi admitido pelo Sr. Presidente.

Passo também a informar a Câmara de que está a participar nos nossos trabalhos, por videoconferência, o Sr. Deputado Francisco Pimentel, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a encerrar a verificação de quórum. Pergunto se alguns dos Srs. Deputados não conseguiu registar-se.

Pausa.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua está ainda a registar-se.
A Deputada Patrícia Gilvaz não conseguiu registar-se, é para considerar.
Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, já está resolvido?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Estão presentes 219 Srs. Deputados, pelo que estamos em condições de passar à votação.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 163/XVI/1.^a (CH) — Altera os critérios de atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, o voto a favor do CH e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 164/XVI/1.^a (CH) — Prevê a desburocratização dos regimes e programas de apoio ao retorno voluntário de imigrantes.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, o voto a favor do CH e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Temos agora para votação, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 165/XVI/1.^a (CH) — Garante o direito à dignidade da pessoa humana na dimensão que lhe é conferida pela eminente necessidade de estabilidade na habitação, consagrando e impondo limites ao número de atestados de residência por habitação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, o voto a favor do CH e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 166/XVI/1.^a (CH) — Revê as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e estabelece quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do País.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e o voto a favor do CH.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 136/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda imediatamente a emissão de autorizações de residência, até que todos os pedidos pendentes sejam resolvidos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e o voto a favor do CH.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, estamos em votação! Estou a ficar sem voz.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 183/XVI/1.ª (BE) — Reintroduz o procedimento de autorização de residência assente em manifestações de interesse.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 157/XVI/1.ª (BE) — Reforça os recursos humanos da Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção da IL.

Srs. Deputados, não há mais nenhuma votação a considerar.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, é só para indicar que participei nas votações, mas não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será feita essa indicação.

O Sr. Deputado Paulo Neves também pediu a palavra?

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar que irei entregar uma declaração de voto sobre estas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais ninguém deseja usar da palavra?

Pausa.

Então, a ordem do dia de amanhã consta, no primeiro ponto, da apreciação dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 5/XVI/1.ª (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para averiguação da gestão, transparência de funções e conduta dos anteriores responsáveis envolvidos nos desequilíbrios de contas e funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 6/XVI/1.ª (IL) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e 7/XVI/1.ª (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão estratégica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

No segundo ponto teremos a apreciação do Projeto de Resolução n.º 68/XVI/1.ª (PSD) — Constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da execução do PRR e do PT2030.

Seguir-se-á, no terceiro ponto, a discussão do Projeto de Resolução n.º 65/XVI/1.^a (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, juntamente com o Projeto de Lei n.º 185/XVI/1.^a (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas, na generalidade, e o Projeto de Resolução n.º 156/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho.

No quarto ponto, faremos a discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.^a (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa e a lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais, e dos Projetos de Lei n.ºs 155/XVI/1.^a (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho, e 156/XVI/1.^a (CH) — Proceda ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis.

Por fim, no quinto ponto, teremos o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis, e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: A declaração de voto anunciada pelo Deputado do PSD Paulo Neves não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.